



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

DANIEL DA CONCEIÇÃO DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM GOVERNADOR MANGABEIRA:
O papel da Pastoral da Juventude - 2011 a 2018

Cachoeira
2018

DANIEL DA CONCEIÇÃO DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM GOVERNADOR MANGABEIRA:
O papel da Pastoral da Juventude - 2011 a 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof.^a(a). Dr^a. Lys Maria Vinhaes Dantas.

Cachoeira
2018

DANIEL DA CONCEIÇÃO DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM GOVERNADOR
MANGABEIRA: o papel da Pastoral da Juventude - 2011 a 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 31 de agosto de 2018.



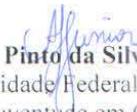
Lys Maria Vinhaes Dantas

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Edilson Tavares de Araújo

Doutor em Serviço Social pela PUC – SP
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Alfredo Pinto da Silva Junior

Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia
Assessoria da Pastoral da Juventude em Cachoeira

Dedico este trabalho a minha mãe Maria de Lourdes e aos meus irmãos, Daniela e Alexsandro, e de forma bem especial aos amigos, Professor Borges, Jucilene, e demais colegas, que direta ou indiretamente me incentivaram e colaboraram durante toda a minha trajetória no curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, coragem e discernimento para vencer esta fase de minha vida.

A minha mãe essa mulher guerreira e corajosa, por todo amor, carinho e educação.

A minha Orientadora Lys Maria Vinhaes Dantas, pela dedicação, pelo acolhimento, pela paciência, por todo conhecimento compartilhado e por toda força e apoio, possibilitando a realização deste trabalho.

Ao amigo professor Borges, por sempre está me apoiando, por todo incentivo, por toda força e oportunidades que me deu.

A amiga Jucilene pela amizade e companheirismo, estando sempre ao meu lado.

Aos amigos, Mauricio, Osmax, Daniela, Dona Cleuza, Miriam, Laila, July por todo apoio e incentivo.

A equipe Tenente Kleber, Fabio Mução, Edna Araújo e Orlane, que desde o primeiro semestre estivemos sempre unidos, incentivando e apoiando um ao outro.

Aos amigos de militância da Pastoral da Juventude de Governador Mangabeira e do Recôncavo.

A todos e todas que durante essa trajetória no curso, me ajudaram de alguma forma concluir mais uma etapa da vida.

SOUZA, Daniel da Conceição de. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM GOVERNADOR MANGABEIRA: O papel da Pastoral da Juventude - 2011 a 2018**. 60 pg. 2018. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

RESUMO

O presente trabalho monográfico investigou o papel da Pastoral da Juventude (PJ) no município de Governador Mangabeira, entre os anos de 2011-2018, no que se refere a sua influência na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a juventude. Para tanto, foram entrevistadas pessoas que participaram da PJ no mencionado tempo-espaço, associado à análise de um diversificado conjunto de documentos relacionados à temática. A pesquisa revelou diversas questões acerca da atuação da Pastoral, a começar pela participação de seus membros em órgãos públicos até na execução de projetos em parceria com o Poder Público. Percebeu-se a existência do interesse de setores do Poder Público Municipal em ouvir e apoiar propostas sugeridas pela PJ, principalmente entre os anos de 2011 a 2015, a exemplo da criação do Conselho Municipal de Juventude, Departamento de Políticas para Juventude e o Projeto Juventude em Ação. Todavia, a partir do ano de 2017, empreendeu-se uma política governamental para jovens de caráter conservador, chegando ao ponto de extinção dos organismos de juventude, bem como o desenvolvimento de uma concepção em que as Políticas Públicas para Juventude são basicamente a realização de festas de ruas e a prática do futebol. Neste trabalho também se evidenciou a importância histórica da PJ no Brasil, bem como a sua dimensão evangelizadora e de transformação social, preocupada em revelar a ideia dos jovens como atores de sua própria história. Em Governador Mangabeira, a PJ continua atuando na pressão ao poder público com uma agenda voltada para questões ambientais e para o combate à violência à juventude, principalmente negra.

Palavras-chave: Juventude. Pastoral da Juventude. Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Organograma Estrutural do Setor Juventude - CNBB..... | 24 |
| Figura 2: Esquema das Conferências Nacionais | 42 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Coordenadores da Pastoral da Juventude 1996 – 2018..... | 37 |
| Quadro 2 - Composição da Primeira Diretoria do CEMJUV..... | 40 |

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. UMA CONVERSA SOBRE JUVENTUDE NO BRASIL. | 12 |
| 2.1. Uma Conceituação sobre juventude | 12 |
| 2.2. A Juventude como ator de formação da Agenda Política. | 15 |
| 2.3. Políticas Públicas para Juventude no Brasil. | 19 |
| 2.4. A Contribuição da Pastoral da Juventude nas Políticas Públicas Brasileiras. | 22 |
| 3. A PASTORAL DA JUVENTUDE E SEU PAPEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA. | 30 |
| 3.1. A Trajetória da Pastoral da Juventude em Governador Mangabeira | 31 |
| 3.2. A Influência da Pastoral da Juventude na Elaboração das Políticas Públicas Municipais de Juventude | 38 |
| 3.3. Um olhar para o futuro..... | 47 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 50 |
| REFERÊNCIAS | 52 |
| APÊNDICE | 57 |
| Apêndice A – Fontes documentais | 57 |
| Apêndice B – Roteiro de entrevistas..... | 60 |
| Roteiro 01 (Pessoas que exerceram a função de Coordenador na PJ) | 60 |
| Roteiro 02 (Pessoas que participaram de grupos de jovens anterior a existência da PJ) .. | 60 |
| Roteiro 03 (Ex-vereador e secretário da SEPROMI) | 60 |

1. INTRODUÇÃO

Escrever acerca da temática Políticas Públicas para Juventude no Brasil torna-se uma missão desafiadora devido aos múltiplos campos que essa discussão se insere no universo acadêmico. Porém, esse desafio se torna necessário no sentido de procurar entender o contexto histórico em que esses jovens estão inseridos, bem como os resultados alcançados a partir das ações desenvolvidas pelos segmentos juvenis da sociedade brasileira.

Segundo dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contidos no Guia do Plano Juventude Viva (2014), a população de jovens no Brasil é superior 51 milhões, representando um percentual de 27% da população total, sendo que 84,8% vivem nas cidades e 15,2% no campo. Em relação à escolaridade, apenas 46,3% concluíram o ensino médio e 16,2% chegaram ao ensino superior. No tocante aos aspectos étnico-raciais, desses, 53,7% se consideram pretos e/ou pardos, e em relação à opção religiosa, 56% se declararam católicos, 27% evangélicos e 16% não tem religião.

No que se refere à violência contra jovens no Brasil, os dados contidos no Atlas da Violência (2017), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, apontam para um aumento de 17,2% entre 2005 a 2015. Nesse mesmo período 318 mil jovens foram assassinados, um contingente superior a 30 mil por ano. A pesquisa ainda demonstra que os assassinatos de jovens do sexo masculino entre 15 a 29 anos correspondem a 45,85% do total de óbitos registrados no Brasil no mencionado período, sendo que 71% desses homicídios são de jovens pretos e pardos e 92% do sexo masculino.

Nesse contexto dos problemas enfrentados pela juventude no Brasil, é que se insere a Pastoral da Juventude, um organismo da Igreja Católica, cujo objetivo consiste em construir entre os jovens uma visão crítica da sua realidade, bem como buscar alternativas para solucionar os problemas vividos pela juventude, tendo como referencial a proposta evangelizadora de Jesus Cristo e a inspiração teórica nas concepções da Teologia da Libertação. Desde sua fundação nos anos 1970 até os dias atuais, a Pastoral tem contribuído no sentido de propor aos poderes do país, políticas públicas voltadas para juventude.

Sustentada nessas perspectivas, buscou refletir acerca do seguinte problema: “Qual o papel da Pastoral da Juventude – PJ nas Políticas Públicas para Juventude no Município de Governador Mangabeira?” Na busca por essas respostas, delineou-se o seguinte objetivo geral: analisar a influência da PJ para a elaboração de Políticas Pública para Jovens, com recorte para o município de Governador Mangabeira, localizada no Recôncavo Baiano. Para tanto,

estruturou-se os seguintes objetivos específicos: a) conceituar o termo juventude; b) contextualizar as Políticas Públicas para Juventude no Brasil; c) caracterizar a trajetória da Pastoral da Juventude em Governador Mangabeira.

O presente trabalho está caracterizado como estudo de caso. Como observam André e Ludke (1996), com o estudo de caso, o interesse incide naquilo que ele tem de único de particular, mesmo que posteriormente venha a ficar evidente certa semelhança com outros casos ou situações. Para tanto, deve-se levar em consideração a análise qualitativa dos dados, peculiar ao estudo de caso.

Para a coleta de dados, aplicou-se questionários (Apêndice B) com dois grupos específicos: o primeiro grupo com 06 pessoas que participaram de grupos de jovens que antecederam a criação da PJ, respondendo 05 questões. O segundo grupo, composto por 10 pessoas que assumiram as funções de coordenadores e assessores da Pastoral de Juventude de Governador Mangabeira nos anos de 2011 a 2018, respondendo 06 questões. Também se utilizou como dados o depoimento de um ex-vereador e ex-secretário municipal da Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPRMI.

Para análise das respostas, buscou-se fazer um diálogo com autores da área de Gestão Pública e ciências afins, no sentido de entender de que forma se organizou essa participação, bem como a Pastoral da Juventude influenciou nas Políticas Públicas para Jovens no município de Governador Mangabeira.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e julho de 2018, sendo os/as entrevistado/as contactados/as através de e-mails, redes sociais (Facebook), aplicativos (Whatsapp) e de forma presencial, por meio de entrevistas (gravação de áudio) e respostas de questionários.

Além das contribuições das entrevistas com jovens, coordenadores e assessores, essa análise contou com subsídios de fontes documentais, dentre as quais merecem destaque: Atas e Relatórios Anuais da PJ, Propostas das Conferências Municipais de Juventude I e II, Leis municipais de criação do CEMJUV – Conselho Municipal de Juventude e da SEPRMI – Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade, além de matérias do Blog: professorborges.com.br e dos Relatórios Anuais da SEPRMI. Também se utilizou dados acerca dos jovens no Brasil, produzidos pelo IBGE e o IPEA, bem como informações das Leis Federais 11.129/2005 e 9.306/2018.

Associado a esse conjunto de fontes, utilizamos significativo aporte bibliográfico relacionado à temática em foco, destacando-se autores/as como: Augusto Caccia-Bava, Flavio

Sofiati, Maria das Graças Rua, Clarisse Cassab, Rodrigo Andrade, Paulo Carrano, Marília Sposito e Leonardo Secchi, além de documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Juventude e da própria Pastoral.

Dessa forma, o trabalho monográfico está estruturado em dois capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo visa discutir uma conceituação de juventude; contextualizar Políticas Públicas para Juventude no Brasil – PPJ e o papel da Pastoral na elaboração dessas políticas. No segundo capítulo se desenvolveu uma abordagem acerca do papel da Pastoral da Juventude – PJ nas políticas públicas voltadas para os jovens no município de Governador Mangabeira, bem como um olhar em relação aos desafios da Pastoral para os próximos anos.

2. UMA CONVERSA SOBRE JUVENTUDE NO BRASIL

Refletir acerca da juventude no Brasil em uma perspectiva acadêmica, se constitui em uma tarefa complexa, mesmo já existindo inúmeros estudos voltados para essa temática, pois os jovens compõem um segmento da população com múltiplas características, bem como, uma diversificação na forma de pensar e agir. Assim, o olhar para os jovens brasileiros atribuídos nessa pesquisa, se fundamenta em concepções desenvolvidas no campo da Gestão Pública, interagindo com outros ramos do conhecimento das ciências humanas, com enfoque na temática Pastoral da Juventude.

Nessa perspectiva, segundo Farah (2016), o recente boom de cursos de política pública e áreas correlatas — administração pública, gestão pública, gestão social e gestão de políticas públicas —, assim como da produção sobre o tema, sugere uma mudança nesse quadro, com a institucionalização de um novo campo — o “campo de públicas”, no qual se insere o tema juventude.

Esse olhar sobre a juventude no Brasil sustenta-se especialmente através das formas de participação desenvolvidas pelos jovens ao longo da história brasileira, principalmente na dimensão das relações com o Estado. Para tanto, foram fundamentais o diálogo com diversos pesquisadores que priorizam a temática em foco, buscando construir uma narrativa no sentido de analisar o conceito de juventude, a juventude como ator de formação da agenda política, políticas públicas para juventude no Brasil e a contribuição da Pastoral da Juventude nas políticas públicas brasileiras.

2.1. Uma Conceituação sobre juventude

O termo juventude perpassa por uma análise acadêmica complexa, visto que no senso comum geralmente se associa o termo a uma faixa etária, porém, do ponto de vista sociológico, “a juventude diz respeito a uma condição social transitória associada a aspectos do desenvolvimento biológico e emocional do ser humano, além de variáveis constituídas culturalmente” (ARAÚJO, 2014, p. 248). Além disso, segundo León (2005), a categoria juventude foi concebida como uma construção social, histórica, política, econômica, territorial, cultural e relacional.

Por essa ótica, a juventude deve ser entendida de acordo com o contexto histórico, elementos sociais, culturais e econômicos. Essa conceituação deve levar em consideração que os jovens são atores sociais que estão vinculados a comportamentos, valores e uma visão de

mundo, portanto, o termo juventude fundamenta-se numa concepção de transformações biológicas, psicológicas, histórica e de relações sociais, observando a diversidade e aspectos identitários dos grupos sociais em que os jovens estão inseridos.

Observado que juventude é uma construção plural e dinâmica, podemos caracterizá-la como: a fase da vida quando se começa a estabelecer uma identidade; momento de construção das formas de agir e pensar; período de projeções, expectativas e sonho para a vida futura; tomada de consciência da necessidade de independência da família e construção de uma visão crítica de aspectos políticos e sociais do espaço que se insere.

A palavra juventude vem do latim “*juvetute*”, sua utilização e conotação sustenta-se por uma dinâmica histórica, tendo como ponto de partida a Roma Antiga, quando para ser jovem a pessoa devia ser submetida ao rito de passagem, ou seja, “simbolizado pela troca da toga praetexta da infância pela toga viril, que ocorria por volta dos 15 anos para os jovens meninos” (CASSAB, 2011, p. 147). Já na Idade Média, eram usados os critérios morais para delimitar a definição de jovens, passando a ser relacionada à liberdade e à violência, encerrando-se com o casamento, que geralmente acontecia entre os 13 aos 16 anos. Entre os séculos XVIII e XIX, a ideia de juventude sofre alterações, muito em função das influências sociais e econômicas oriundas da Revolução Industrial, assim:

A partir desse momento, a juventude é identificada como um período específico da vida, em que se desfruta de certos privilégios. Um momento entre a maturidade biológica e social. Com a industrialização, os jovens, filhos da burguesia, são liberados do trabalho. Entende-se esse período como uma transição, durante o qual o indivíduo deve se preparar para a vida adulta, sendo permitido o tempo livre, o descompromisso, o não-trabalho. Caberia a esses jovens o estudo e o preparo para uma profissão (CASSAB, 2011, p. 152).

No século XX, mediante as exigências da sociedade capitalista, a juventude é concebida como um momento de atribuições para ações complexas relacionadas, também, ao mundo do trabalho e aspectos sociais diversificados. Esse novo olhar acerca dos atributos da juventude obteve significativa análise sociológica nos estudos de Karl Mannheim (1893 – 1947). Para ele os jovens não são por natureza revolucionários e nem conservadores, o ser jovem se constrói a partir das contradições existentes na vida pública da sociedade, como podemos observar em um dos trechos da sua obra *Diagnóstico do Nosso Tempo*:

O primeiro problema que nos feriu a atenção é este: será sempre o mesmo significado da juventude na sociedade? Evidentemente, não. (...) o problema sociológico é que, apesar de sempre surgirem novas gerações em função dos grupos de idade mais jovens, depende de uma dada sociedade fazer ou não uso dela (...). A juventude pertence aos recursos latentes de que toda sociedade dispõe e de cuja mobilização

depende de sua vitalidade. (MANNHEIM 1980. p. 48 a 49 apud ARAÚJO, 2014 p. 253).

Já a concepção de juventude no século XXI, sofre transformações profundas principalmente com a ampliação do acesso as novas tecnologias da informação, em especial a massificação da internet. Assim, “exige-se dos jovens que sejam metamorfoses ambulantes desassossegadas em busca do novo, capazes de estabelecer em sua vida vínculos temporários, efêmeros e de explorar novos territórios. Para tal, muito contribuem as redes de informação e as redes sociais virtuais” (BORDIGNON; BONAMIGO, 2017, p. 317-318).

Essa concepção histórica acerca da conceituação de juventude sempre esteve relacionada a uma ideia de faixa etária. Atualmente o Estatuto da Juventude, no seu Art. 1º estabelece que seja considerado jovens as pessoas com idade entre 15 a 29 anos, porém, ao longo da história esse limite de idade passou por variações. Segundo Guimarães e Grinspun, (2008, p. 01) no século VI a VII eram consideradas jovens as pessoas com idade entre 22 a 30 anos; já no século XIX a juventude era definida com idade superior aos 13 anos. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, muitos estudos sociológicos estabeleceram o limite de idade entre 15 e 24 anos para os jovens, hoje a legislação Brasileira ampliou essa ideia geracional de juventude até os 30 anos.

Mediante essas reflexões sociológicas, podemos observar que o conceito de juventude não deve ser algo compreendido de forma estanque e homogênea, mas a partir de implicações culturais e sociais de lugares e momentos específicos, atentando para a ideia dos jovens como construtores de sua própria história, e que influenciaram e influenciam a dinâmica da agenda política no Brasil e no mundo.

É evidente que uma conceituação de juventude autônoma e construtora de sua própria história nem sempre esteve presente no universo da Gestão Pública, a qual por muitos anos declinou um olhar para os jovens apenas pela lógica do “futuro da nação” ou como um “problema”. Todavia, a própria juventude, através de suas ações históricas, demonstrou uma negação a essa minimização das suas potencialidades. Assim, “a sua participação adota canais de expressão, forma de ações e objetivos próprios que se ajustam à precariedade de suas bases materiais para desenvolver uma posição autônoma” (ABAD 2006, p. 01).

Nessa perspectiva, o olhar das Ciências Sociais e, em especial da Gestão Pública, no que diz respeito à juventude deve superar a visão patrimonialista¹ e determinista e buscar

¹ **Patrimonialismo:** é um conceito desenvolvido pelo sociólogo alemão **Max Weber** (1864-1920), no fim do século XIX, e aplicável tanto à disciplina de história quanto à sociologia. Esse conceito tem o objetivo de compreender um modo específico de dominação, ou de poder, que atinge as esferas econômica e sociopolítica.

dialogar na perspectiva plural e identitária, evidenciando a concepção de “juventudes”, em detrimento de “juventude”, ultrapassando a máxima do jovem como um ser passivo, para então compreendê-lo como um ator da sua própria história.

2.2. A Juventude como ator de formação da Agenda Política.

Para entender a juventude como ator da formação da agenda política, se faz necessário uma conceituação desse fenômeno em uma perspectiva acadêmica na área Gestão Pública, considerando suas complexidades, seu dinamismo e as possibilidades de encontrar alternativas para os problemas inerentes a determinados segmentos da sociedade. Acerca do conceito de agenda política, Rúa destaca que:

Uma agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse. A agenda de políticas resulta de um processo pouco sistemático, extremamente competitivo, pelo qual se extrai, do conjunto de temas que poderiam ocupar as atenções do governo, aquelas questões que serão efetivamente tratadas (RUA, 2012. p. 64).

Por sua vez, toda agenda é resultante de relação dos atores políticos a que ela se destina, ou seja, “São os chamados “atores políticos”: aqueles cujos interesses poderão ser afetados, positiva ou negativamente, pelo rumo tomado por uma determinada política pública” (RUA, 2012, p. 37). Em se tratando da juventude, notamos que nos últimos anos foram incluídas na agenda governamental a discussão e a implementação de algumas políticas, fruto do que foi pautado pelo movimento juvenil. Um significativo exemplo foi à promulgação do Estatuto da Juventude² em 2013.

Construída essa breve conceituação de agenda e atores políticos, se faz necessário entender à dinâmica dos anseios da juventude, compreendidos a partir de variadas dimensões: social, política, cultural e econômica, elucidando as “diversas condições de existência,

Como o próprio termo indica, patrimonialismo deriva das palavras **patrimônio** e **patrimonial** e pode ser definido como uma concepção de poder em que as esferas **pública** e **privada** confundem-se e, muitas vezes, tornam-se quase indistintas. (In: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/patrimonialismo.htm>)

² O Estatuto da Juventude é o instrumento legal - Lei 12.852/2013 - que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. **Ao todo, são 11 os direitos previstos no Estatuto:** Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito à Cultura Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Saúde; Direito à Educação; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014).

reprodução, classe, orientação sexual, cor, zona de moradia e interesses culturais que trazem características distintas aos jovens” (BADARÓ 2013, p. 177). Ao longo da história do Brasil podemos sinalizar diversos momentos em que a juventude aparece como ator da formação da agenda política.

As primeiras formas de protagonismo juvenil surgiram no Brasil Colônia, sobretudo na resistência ao trabalho escravizado, porém as primeiras experiências de organização de uma agenda política dos jovens no Brasil aconteceram no século XIX, com o movimento abolicionista. Segundo Caccia-Bava e Costa (2010), o debate aglutinou dois polos de ação política: a juventude de linha moderada, chamada emancipacionista, e a juventude de linha mais radical, chamada abolicionista, as duas denunciavam a propriedade escrava como roubo e só aceitava a abolição total e imediata.

Na década de 1920, conforme Sofiati (2008), três grandes movimentos de expressão da consciência política dos jovens foram inaugurados: o Movimento da Semana de Arte Moderna, quando jovens artistas propuseram um novo olhar para Agenda Política brasileira a partir das artes; o Movimento Tenentista, quando jovens oficiais do exército expressaram seu descontentamento com a situação política do país, principalmente ao coronelismo, a corrupção eleitoral e a política oligárquica de uma forma geral; bem como, o movimento político-partidário que deu origem ao PCB – Partido Comunista Brasileiro, muito influenciado com as ideias socialistas propagadas a partir da Revolução Russa de 1917, as quais tiveram significativa repercussão entre a juventude operaria do Brasil, principalmente como fundamento da reivindicação por leis trabalhistas. Acerca do surgimento dessa juventude socialista, Caccia-Bava menciona que:

O triunfo da Revolução Soviética, em 1917, com o impacto que teve junto aos jovens progressistas de todo o mundo, foi o outro grande “acontecimento geracional”, que provocou a necessária tomada de decisão pelos jovens dos anos 20. Motivo pelo qual, podemos tomar a organização juvenil soviética, o komsonol, como o símbolo desta nova consciência geracional. (CACCIA-BAVA 2004 p. 64)

Entre os anos de 1930 a 1950, “Os principais movimentos de juventude desse período foram: juventude integralista, o início do movimento estudantil com a fundação da União Nacional do Estudante (UNE) e o movimento religioso em torno da Ação Católica” (SOFIATI, 2008 p. 02). Os jovens integralistas defendiam o nacionalismo extremado e o anticomunismo, sendo o seu lema “Deus, pátria e família”, porém, em 1937 jovens universitários com ideias progressistas criam a UNE, objetivando o debate e protagonizando a Agenda Política por uma ótica progressista até a década de 1960, quando a UNE entrou para a clandestinidade com o

surgimento do Regime Militar³. Quanto à juventude católica nesse período Caccia-Bava destaca que:

Após uma guinada à esquerda, em decorrência da atuação do Papa João XXIII, no ano de 1958, a juventude católica viveu um processo de absorção dos dogmas do Vaticano, que fundamentariam reflexões em torno das questões sociais, dos pobres, dos miseráveis, dos excluídos. Assim, seus integrantes passam a debater as questões relativas ao processo político brasileiro, associadas a fenômenos internacionais com a Revolução Cubana, vitoriosa em 1959 (CACCIA-BAVA. 2010 p. 03).

Entre 1964 e 1985, existiu uma verdadeira perseguição aos movimentos sociais de juventude, impostas pelos governos militares, porém os jovens reagiram ao regime ditatorial em diversas frentes, principalmente nos movimentos estudantil, negro, feminista e cultural, nos quais reivindicaram a liberdade de expressão e pensamento, fim da censura, da tortura, das eleições indiretas, dentre outros, e conseqüentemente o fim da Ditadura Militar. No que se refere ao movimento estudantil, o Portal Memória da Ditadura, mantido pelo instituto Vladimir Herzog, destaca que:

Os estudantes foram uma das principais forças de oposição à ditadura no Brasil porque ousaram se contrapor às leis repressivas e mostraram uma grande capacidade de mobilização social. O movimento estudantil realizou manifestações, passeatas e atos públicos, organizou debates, congressos e jornais clandestinos. Articulou-se muitas vezes com outros segmentos da sociedade. Os estudantes agitaram profundamente a cultura nacional, batalharam pela conscientização e pelo engajamento da juventude brasileira. (Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/index.html>) (In:

Com a redemocratização do Brasil, a partir do ano de 1985, a agenda política da juventude voltou-se principalmente para temas relacionados a garantias de direitos civis, democráticos e de liberdade de expressão. Na Constituição de 1988, ficou garantido aos jovens o direito ao voto a partir dos 16 anos. Em 1992 muitos jovens saíram às ruas reivindicando o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, ex-presidente do Brasil, esses jovens ficaram conhecidos como Caras-Pintadas, ou seja, pintavam o rosto de verde amarelo para protestar contra a falta de ética na política. Acerca desse movimento, Caccia-Bava, salienta que:

Os carapintadas podem ser considerados, assim, como os integrantes do último movimento ético político juvenil de massa, brasileiro, do século XX. Eles trouxeram a possibilidade de afirmação cultural da juventude estudantil através de expressões lúdicas, folclóricas, populares e carnavalescas (CACCIA-BAVA. 2010 p. 04).

³ O Regime Militar prevaleceu no Brasil 1964-1985, momento em que os princípios democráticos deixaram de existir no país, prevalecendo uma forma de governar ditatorial. Dentre as principais características do regime, podemos destacar: voto indireto para presidente da República, Governador, Prefeitos de Capitais, bipartidarismo, fim da liberdade de expressão e pensamento, censura, tortura, propaganda ufanista e o milagre econômico. (In: BRAICK; MOTA, 2012, p. 546-558)

A partir de 2003, com os governos petistas, acontece uma guinada em relação à agenda política voltada para jovens, quando diversas ações de juventude pautaram temáticas a serem desenvolvidas pelo governo no âmbito das Políticas Públicas para Juventude, conseguindo avançar em alguns pontos até então subjugados. Dentre as conquistas alcançadas podemos destacar: a Secretaria Nacional de Juventude (2005), Conselho Nacional de Juventude (2005), Política Nacional de Juventude (2005), Projovem (2007), Conferências de Juventude (2008), Estatuto da Juventude (2013), Juventude Viva (2013), Estação Juventude (2013), e outros.

Nos últimos cinco anos merece destaque o protagonismo juvenil exercido durante as Jornadas de Junho de 2013, quando os jovens se organizaram em diversas partes do Brasil em protesto pelo o aumento das tarifas do transporte público e pela implementação do passe livre estudantil. “A grande maioria dos manifestantes tinham entre 14 e 24 anos (43%), ou seja, em idade que, comumente, se está nos ensinos secundário e superior” (SANTOS, 2015, p. 18). Também vale destacar a Primavera Secundarista, momento em que os estudantes ocuparam diversas escolas em alguns estados do Brasil, principalmente em São Paulo, contra o projeto de reorganização da educação básica, como destaca matéria do site da UBES em 2016 (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Um aspecto novo existente na organização desses dois últimos movimentos foi a utilização das redes sociais para a comunicação entre os jovens. Segundo Santos (2015 p. 24) “O próprio MPL (Movimento Passe Livre) fez a convocação dos primeiros atos pela *internet*, através da rede social Facebook e contou com a participação de duas mil pessoas na Avenida Paulista, logo no primeiro dia da manifestação”, hoje acrescenta-se a utilização do whatsapp.

Refletindo acerca das conquistas mencionadas acima, a partir da lógica do pesquisador em Gestão Pública, elas devem ser concebidas como fruto das lutas dos movimentos sociais de juventude, que conseguiram se articular diante de uma pauta mínima de reivindicações a serem implementadas pelos Gestores Públicos em tripla dimensão: Federal, Estadual e Municipal, tornando evidente a máxima de que “direitos não são dados, são conquistados”. Porém, mesmo com esses avanços, “as práticas efetivadas nos serviços destinados para os jovens e as jovens ainda possuem um recorte de classe social, que podem trazer em suas ações políticas um viés assistencialista” (BARREIRO, MALFITANO, 2017 p. 1114).

Notadamente, essa perspectiva da juventude como influenciadora na formação da agenda política se configura como um interessante campo de pesquisa nos estudos da Gestão Pública, uma vez que essa agenda se torna essencial para a construção das políticas públicas para esse segmento social. No entanto, essa análise não deve ser produzida de forma unilateral,

se faz necessário buscar subsídios em outros campos do conhecimento como a sociologia, a história, as ciências sociais, ciência política e outros.

2.3. Políticas Públicas para Juventude no Brasil.

Uma vez discutido o conceito de juventude e o protagonismo dos jovens na formação da agenda política, adentramos uma discussão relacionada às Políticas Públicas para Juventude no Brasil. Antes de contextualizar e caracterizar essas políticas se faz necessário conceituar políticas públicas. Para Secchi (2013, p. 01), políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões. O mesmo autor procura enfatizar que uma política pública se fundamenta em uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, podendo ser caracterizada a partir de múltiplas dimensões.

Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI 2013, p. 02).

Por esse ângulo, observa-se que o desenvolvimento de uma política pública necessita de uma decisão política, a qual “corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis” (RUA, 2012 p. 17). Dessa forma, nem sempre uma decisão política corresponde a efetivação de uma política pública.

Notadamente, todas as políticas públicas devem atender a uma coletividade, a partir de decisões públicas legitimadas pelos atores governamentais, com cunho jurídico e sua dimensão ao público alvo é revertida de elementos burocráticos existentes no Estado. Além disso, as políticas públicas não são privadas, ainda que elas possam atuar sobre temáticas na vida privada, então como salienta Rua (2012), por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são “públicas”.

Nessa perspectiva das políticas públicas enquanto uma ação para coletividade, é que se inserem as demandas da juventude. Ao longo da história do Brasil, a juventude sempre esteve envolvida nos processos de transformação da sociedade brasileira, desde o período imperial até

os dias atuais. Essa trajetória demonstrou não só uma efetiva participação dos jovens na história do país, bem como sua busca cada vez maior por políticas que atendessem aos seus anseios.

No entanto, as Políticas Públicas para Juventude (PPJ) no Brasil, tiveram início a partir da década de 1990. Até então, os jovens acessavam essas políticas até os 18 anos, após essa idade, ficavam vinculados às políticas universais, ou seja, as que eram destinadas aos adultos. Vale ressaltar que as ações dos anos 90 podem ser consideradas tímidas. A partir do ano de 2005, através da Lei 11.129, cria-se a SNJ (Secretaria Nacional de Juventude), a qual tinha entre outros objetivos:

Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade, erradicar o analfabetismo, preparar para o mundo do trabalho, gerar trabalho e renda, promover uma vida saudável, democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação, promover os direitos humanos e as políticas afirmativas, estimular a cidadania e a participação social e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais. (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006 p. 8)

Essa mesma Lei também instituiu o Conselho Nacional de Juventude – CNJ, uma grande conquista para a implementação das PPJ no Brasil. O CNJ tem como finalidade “formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais” (CÂMARA FEDERAL, 2005, Art. 9º. p. 02)

Com a implementação desses dois órgãos, existiu uma ampliação governamental acerca da importância da juventude na elaboração, efetivação e acompanhamento das PPJ, notou-se um avanço do Estado no que se refere à superação da ideia do jovem como um problema, para o reconhecimento dos jovens como atores de sua própria história e sujeito de direitos.

Nessa conjuntura foram elaborados programas e/ou projetos para atender demandas específicas da juventude brasileira, dentre os quais podemos destacar: Agente Jovem, Bolsa Atleta, Escola Aberta, Escola de Fabricas, Juventude e Meio Ambiente, Nossa Primeira Terra, ProJovem, Segundo Tempo, Juventude Viva, Estação Juventude e outros. Também, é importante salientar que alguns desses programas foram elaborados a partir de propostas oriundas das Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em 2008, 2011 e 2015 (GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 2006).

A execução desses programas não ficou a cargo exclusivamente da SNJ, porém, através de alguns Ministérios como: Saúde, Educação, Esporte, Justiça e Trabalho, aspectos que em muitos momentos se configuraram como conflitantes, uma vez que cada órgão desses executava

seu programa de forma isolada, não levando em consideração uma inter-relação com os outros projetos desenvolvidos no âmbito do Governo Federal.

Outro marco relevante das PPJ no Brasil consiste no fato de em 2013, o Estatuto da Juventude ser sancionado, atrelado às diretrizes para a organização das PPJ no âmbito Federal, Estadual e Municipal. O texto do Estatuto estabelece alguns direitos fundamentais para jovens no Brasil, ou seja, cidadania e a participação social e política, educação, profissionalização ao trabalho e a renda, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação e a liberdade de expressão, território e a mobilidade, sustentabilidade e ao meio ambiente, segurança e ao acesso à justiça.

O documento também garante a criação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), o qual foi instituído através do Decreto 9.306/2018. Um dos objetivos desse sistema é “a promoção da participação social, especialmente dos jovens, na formação, na implementação, no acompanhamento, na avaliação e no controle social das políticas públicas de juventude” (Decreto nº 9.306/18).

A maioria dessas PPJ a nível nacional, também influenciou o surgimento de ações governamentais a nível estadual. Em relação ao Estado da Bahia, conforme a “Revista Jovem Gera Ação de 2010”, no ano 2007 foi instalada a Coordenadoria de Políticas de Juventude, em 2008 foi criado o Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE), bem como teve início o desenvolvimento de alguns programas como: Juventude Cidadã, Jovens Baianos, O Trilha, Cidadania Digital, Proteção de Jovens em Território Vulnerável e Saberes da Terra, além da realização da I Conferência Estadual de Juventude, sendo algumas das suas resoluções prioritárias:

Educação: criação de um plano de assistência estudantil que garanta a permanência de jovens de baixa renda nas Universidades. Trabalho: criação de uma lei estadual que garanta que as empresas beneficiadas com o investimento do Estado, invistam na capacitação dos jovens e admissão destes em seu quadro funcionais. Meio Ambiente: geração de emprego e renda para jovens, do campo e da cidade, através de programas específicos de educação ambiental. Violência Sociedade: criação de programas de qualificação para inserção dos jovens no mercado de trabalho, como alternativa de combate a violência. Políticas e Participação: fortalecimento das entidades juvenis (grêmios, associações, movimento sociais, entidades esportivas, etc.), garantindo sua autonomia (REVISTA JOVEM GERA AÇÃO 2010, p. 27-29).

Inegavelmente, o desenvolvimento desses projetos e programas, bem como a criação de organismo de juventude, contribuíram para um novo olhar acerca das PPJ a nível nacional e estadual, pois, em certa medida, essas ações possibilitaram uma visibilidade ao protagonismo juvenil, bem como a valorização dos direitos da juventude. Contudo, temos que reconhecer que essas políticas implementadas não foram suficientes para minimizar os problemas vividos pelos

os jovens no Brasil, sem levar em conta os rumos que as PPJ tomaram na atualidade no âmbito do Governo Federal, sendo condicionadas a segundo plano enquanto política de governo.

2.4. A Contribuição da Pastoral da Juventude nas Políticas Públicas Brasileiras.

A Pastoral da Juventude – PJ teve início no Brasil a partir da década de 1970. Suas origens remontam às atividades da Ação Católica Geral e à Ação Católica Especializada entre os anos de 1930 e 1960. Nessa última década se destacaram grupos católicos como: JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (juventude Estudantil Católica) e o JOC (Juventude Operária Católica), os quais foram fundamentais para a criação de uma Pastoral da Juventude Orgânica, através de iniciativa da própria CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em meio às transformações do catolicismo na América Latina (SOUZA, 2006, p. 50).

Antes de falarmos sobre a participação da PJ na implementação das Políticas Públicas para Juventude, se faz necessário contextualizar a militância e a construção de seus princípios ideológicos. A condição imposta à juventude brasileira pelo Regime Militar, principalmente através da censura, falta de liberdade de expressão, tortura e a não garantia dos princípios democráticos, contribuiu para que, naquele período, o protagonismo juvenil ganhasse “corpo na militância política e social, impulsionada por uma postura eclesial de cunho libertador, comprometida com a promoção humana e a justiça social, expressas na opção preferencial pelos pobres, na denúncia das injustiças e da opressão” (COLET e ANDRADE, 2015, p.3).

Do ponto de vista ideológico, a maior influência para formação da PJ veio da Teologia da Libertação, movimento católico que surgiu na década de 1960, após o Concílio Vaticano II, e alcançou seu apogeu nos anos 70, favorecendo uma disseminação entre os jovens de uma consciência libertadora das formas de opressão e a contribuição para um olhar crítico acerca do contexto histórico e social da época. Os teólogos da época tinham a concepção teórica fundamentada no socialismo de Karl Marx, opondo-se ao capitalismo e suas formas de opressão. Dentre seus principais defensores destacam-se as figuras de Frei Beto e Leonardo Boff, esse último salienta a importância da Teologia da Libertação para o Brasil, na medida em que:

Contribuiu para que os pobres ganhassem visibilidade e consciência de suas opressões. Gestou cristãos que se fizeram cidadãos ativos e a partir de sua fé se empenharam em movimentos sociais, em sindicatos e em partidos no propósito de dar corpo a um sonho, que tem a ver com o sonho de Jesus, o de construir uma convivência social na qual o maior número possa participar e todos juntos possam forjar um futuro bom para a humanidade e para a natureza. (BOFF, 2011, p. 06)

Evidente que a trajetória da PJ durante o Regime Militar está associada à própria postura da Igreja Católica, que inicialmente em sua maioria apoiava as ações dos militares, porém, com a instalação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), adota uma postura mais crítica ao sistema antidemocrático, uma vez que este aumentou a perseguição a membros dessa Instituição religiosa que não concordavam com as práticas adotada pelos militares.

Dessa forma, segundo Souza (2009), centenas de padres e freiras e personagens importantes para a Igreja foram presos, torturados e humilhados, como Frei Betto, Frei Tito, Dom Marcelo Carvalheira, que apoiavam o grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional, comandado por Carlos Marighella. Além disso a censura proibia os meios de comunicação de pronunciar o nome de Dom Hélder Câmara. O AI-5 inicia um processo de ruptura na relação entre a Igreja e o Estado (Regime Militar). Os anos que se seguiram foram violentos e a Igreja já não podia mais se omitir diante da tortura e do terror que os militares estavam produzindo. (SIRIANI 2010)

A própria condição histórica em que surge a PJ possibilita a construção de suas características, vislumbradas no protagonismo juvenil, bem como refletir acerca da realidade econômica, política, cultural e social da juventude, sustentada em princípios cristãos articulados com a ideia de mudança da sociedade. Assim, a PJ é formada por jovens das diversas realidades presentes nos grupos de jovens⁴ existentes no país e “(...) sua principal bandeira é a evangelização dos jovens através do próprio jovem” (OLIVEIRA 2017, p. 17).

A PJ, ao longo da sua militância e sua inserção em diversos movimentos sociais, ganha corpo a partir da representatividade dos seus múltiplos segmentos. Em 1995, em uma Assembleia nacional, a PJ assume outra identidade, passando para denominação de PJB – Pastoral da Juventude do Brasil, a qual iria atender as outras quatro Pastorais existentes da época: a PJ em si, a Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Pastoral da Juventude Estudantil – PJE e a Pastoral da Juventude Rural – PJR. (Pastoral da Juventude 2009, p. 01)

⁴ O Grupo de Jovens é o conjunto de jovens que se reúnem, de um modo mais ou menos estável na comunidade paroquial ou em outros ambientes, passando pelas várias etapas, num processo de formação que os leva a um certo grau de discernimento e amadurecimento de sua vivência pessoal, grupal e comunitária. Orienta-se que os grupos da Pastoral da Juventude sejam pequenos, compostos de 15 a 25 jovens solteiros (as) na faixa etária entre 14 a 29 anos, no qual os mesmos cultivam amizades e partilham a vida, vida e comunidade. É inspirado na própria experiência da comunidade de discípulos de Jesus Cristo. (PASTORAL DA JUVENTUDE. DIRETRIZES OPERACIONAIS, 2010).

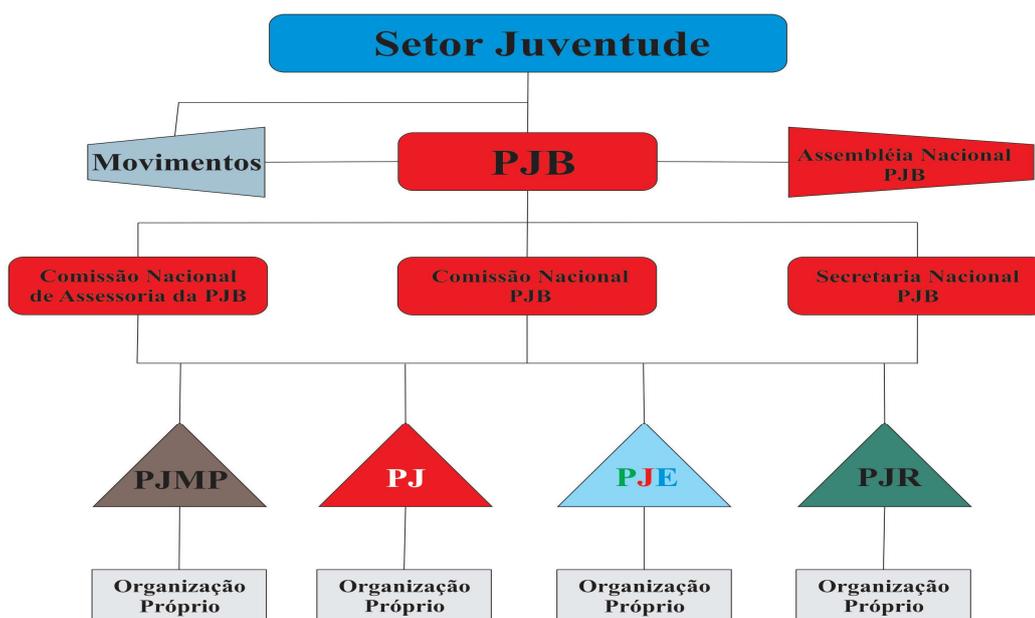


Figura 1: Organograma Estrutural do Setor Juventude - CNBB
 Fonte: adaptado de (SIRIANI, 2010: Apud. OLIVEIRA, 2002).

A PJMP surgiu em 1978 no Recife, oriunda de grupos de jovens remanescentes da JOC, possibilitando a construção de uma consciência da juventude acerca da sua realidade de vida e os mecanismos para transformá-la. Assim, “o objetivo dos que ousaram fazer nascer a PJMP, era, naquele momento, suscitar entre os jovens do meio popular, uma vivência da fé a partir da sua condição social e de classe. Que a juventude empobrecida se evangelize! Que os jovens do meio popular se tornem sujeitos de sua própria libertação!” (PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR, 2018, p. 01).

Dois anos depois surge a PJE, que assim como a PJMP, nasceu a partir da Ação Católica Especializada, entretanto, veio a se consolidar em 1982 quando realizou sua primeira reunião geral. Naquele momento, jovens de três estados (Pará, Goiás e São Paulo) reunidos para discutirem a situação da JEC e com a proposta de criar uma Pastoral Secundarista, acreditavam que existia uma pedagogia específica, a qual apresentava a ideia de que "aprendemos a nadar, nadando", em busca da autonomia, privilegiando os processos de construção dos jovens e a formação deles.

A PJE busca atingir os jovens estudantes, sem fazer distinção de classe social, embora assuma a opção preferencial pelos pobres e a luta por uma sociedade sem classes, admitindo a tensão entre elas. Tem por objetivo formar cristãos atuantes na construção da nova sociedade. (...) sem deixar de cultivar o ecumenismo e o diálogo interreligioso, é Igreja atuante com o Povo de Deus no meio estudantil e na comunidade escolar. (PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL 2018, p. 01)

Já a PJR é herdeira do grupo JAC que, com o golpe de 1964 foi se exaurindo. Membros desse mesmo grupo começaram a se articular em diversas frentes e em 1983 surge a PJR, porém consolidou-se a nível nacional em 1988, sendo inspirada em movimentos católicos como: a Teologia da Libertação, Educação Popular e as CEBs (Comunidade Eclesiais de Base). Nesse sentido sua identidade é retratada na própria denominação:

Não somos um movimento eclesial e nem um movimento popular. E sempre tivemos um pé na Luta e o outro pé no Evangelho, pois vivemos a interação entre Fé e Vida. Por isso uns nos chamam de “igrejeiros” e outros nos chamam de “só fazer política”. (...) Somos parte da Igreja, de uma Igreja que atua no mundo e para o mundo, como “sal” (sabor que nos motiva), tendo “luz” (rumo, por causa do Projeto) e sendo “fermento” (sujeito que se encarna para fazer a transformação). (PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL, 2014 p. 33)

Nesse contexto, visualiza-se a importância de cada pastoral para o início da luta nas políticas públicas para juventude no Brasil, observando as especificidades de cada uma delas. A PJMP, em defesa das classes operárias, jovens trabalhadores do meio popular, direitos humanos, etc. A Pastoral da Juventude Estudantil, em defesa dos estudantes secundaristas, de uma educação de qualidade para todos sem distinção de classes. A PJR na luta em defesa da juventude, ao homem e a mulher do campo, direito à terra, luta pela agricultura familiar, contra os agrotóxicos e outros.

É importante frisar que as pastorais de juventude são a favor dos direitos dos jovens, igualdade para todos, é contra as injustiças, defensoras dos fracos e oprimidos, como é representada por um dos hinos entoado nas reuniões da PJ, o qual representa algumas de suas lutas e sonhos da pastoral: por igualdade de direitos, por liberdade, em defesa das mulheres dos fracos e oprimidos.

Irá chegar um novo dia. Um novo céu, uma nova terra, um novo mar. E nesse dia, os oprimidos, a uma só voz, a liberdade, irão cantar. Na nova terra o negro não vai ter corrente, e o nosso índio vai ser visto como gente. Na nova terra o negro, o índio e o mulato, o branco e todos vão comer no mesmo prato. Na nova terra o fraco, o pobre e o injustiçado, serão juízes deste mundo de pecado. Na Nova terra o forte o grande e o prepotente. Irão chorar até ranger os dentes. Na nova terra a mulher terá direitos. Não sofrerá humilhações e preconceitos. O Seu trabalho todos irão valorizar, das decisões ela irá participar. Na nova terra os povos todos irmanados, com sua cultura e direitos respeitados, farão da vida um bonito amanhecer. Com Igualdade no direito de viver. (VAGALUME. Axé – Ira chegar / PJ Raiz).

No que se refere a sua concepção metodológica, segundo Oliveira (2017, p. 21-22) a Pastoral da Juventude desenvolve suas atividades a partir de quatro dimensões: Bíblico Teológica, Metodológica, Sócio Política e Psico-afetivo, objetivando desenvolver o senso crítico da juventude, bem como despertar para a participação nos espaços de atuação político social, a exemplo de Grêmios Estudantis e em Conselhos Municipal, Estadual e Nacional. Além

disso, a PJ usa como concepção metodológica o método Ver-Julgar-Agir-Rever-Celebrar⁵ objetivando integrar fé e vida, bem como a construção de uma consciência acerca da realidade proporcionando uma ação transformadora.

Um ponto de partida essencial para compreender as Políticas Públicas para Juventude foi a criação do Dia Nacional da Juventude (DNJ) em 1986, pensado em parceria com a CNBB, que marca o início das discussões e a participação da PJ no debate para a construção das PPJ no país. O DNJ é celebrado em todo último domingo do mês de outubro e aborda temas específicos que, de certa forma, estão relacionados com o caráter sociopolítico dessa organização. De 1986 a 2012, os temas abordados foram:

Juventude e Terra; Juventude e Participação; Juventude, Libertação na Luta do Povo; Juventude e Educação; Juventude e Trabalho; Juventude e América Latina; Juventude e Ecologia; Juventude e AIDS; Juventude e Cultura; Juventude e Cidadania; Juventude e Direitos Humanos; Juventude e Dívidas Sociais; Políticas Públicas para a Juventude; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e os Meios de Comunicação; Contra o extermínio da juventude, na luta pela vida; 25 anos DNJ: celebrando a memória e transformando a história; Juventude e Protagonismo Feminino; Juventude e Vida (ANDRADE, 2014, p. 06).

Já entre os anos de 2013 – 2017, as temáticas do DNJ foram: Juventude e missão; Feitos para ser livres, não escravos: contra o tráfico humano; construindo uma nova sociedade, Juventude e política; Juventude e nossa Casa Comum e Juventudes em defesa da vida dos Povos e da Mãe-terra (JOVENS CONECTADOS, 2017).

Evidentemente que o DNJ é de suma importância para essas discussões, no entanto esses espaços, assim como as Assembleias, eram limitados, sem uma atuação efetiva na implementação das PPJ. O marco inicial de uma efetiva participação da Pastoral da Juventude na construção das PPJ aconteceu a partir 2005, quando existiu a inclusão da PJ no Conselho Nacional de Juventude – CNJ, o que fortalece o debate e influência na elaboração das Políticas Públicas para Juventude, deixando de ser mero militante na luta por políticas públicas de qualidade para protagonizar de modo ainda mais eficaz o diálogo e enriquecendo o debate sobre as políticas públicas para os jovens no Brasil, tendo voz, vez e voto.

Em 2007, Elen Marques assume a presidência do Conselho Nacional de Juventude como representante da PJB, sendo a primeira presidente do segmento da sociedade civil a assumir o Conselho, objetivando propor pautas significativas para o avanço dos projetos e programas

⁵ Método Ver-Julgar-Agir-Rever-Celebrar. Ver – Tomar consciência da realidade. Julgar – confrontar a realidade com o evangelho. Agir – Realizar a ação transformadora. Rever – Avaliar os resultados para criar uma nova ação. Celebrar – É reconhecer a presença de Deus na caminhada. É recordar conquistas e dificuldades e ganhar forças para novos desafios. (In: DIRETRIZES OPERACIONAIS DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO RECÔNCAVO).

existentes nesse período. Segundo Elen Marques, o “desafio da gestão seria consolidar o tema juventude dentro da agenda pública como uma política de Estado” (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE 2007, p. 01).

Já em 2008, a Pastoral da Juventude lança a campanha contra a Violência e o Extermínio de Jovens no Brasil, sendo que uma das sugestões para as instituições governamentais foi à elaboração de projetos de leis que alterassem realidades locais como forma de enfrentamento a violência. Nesse mesmo ano acontece a primeira Conferência Nacional de Juventude, contribuindo para articulação e mobilização dos jovens nesse momento, consolidando o avanço das políticas públicas e fortalecendo as propostas acerca da temática no que diz respeito à segurança pública, sistema carcerário, direitos humanos e outros. Dentre as propostas podemos destacar:

Intensificar o policiamento comunitário nas periferias, com a unificação das policias, e garantir a iluminação públicas nas ruas; Garantir o enfoque da prevenção nas políticas públicas de segurança, tratando a escola e a comunidade como espaços privilegiados de prevenção da violência, através de uma linguagem própria dos atores sociais presentes na localidade, e com a presença da guarda municipal; Contra a redução da maioria penal; (CADERNO DE PROPOSTA. 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE 2008, p. 35).

É importante ressaltar que tanto a campanha quanto a Conferência resultaram na elaboração e implementação do Plano Juventude Viva em 2013, o qual “reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos” (SNJ, 2014).

Já em 2011 aconteceu a segunda Conferência Nacional de Juventude, quando a atuação da PJ foi extremamente importante, pois novamente estava envolvida no processo, nos preparativos, articulando as conferências virtuais e reafirmando o compromisso levantado pela Pastoral na primeira Conferência, ou seja, que existissem Conferências Livres em todo território nacional para a construção de uma pauta unificada da juventude que ajudasse a consolidar as lutas sociais organizadas.

Em 2015 foi realizada terceira Conferência Nacional de Juventude, essa ainda mais importante devido à participação mais efetiva da PJ na organização direta da conferência, representada por Samuel Rodrigues Lopes Mendonça. Insistentemente com pautas específicas no enfrentamento à violência e o extermínio de jovens, o genocídio da juventude negra, contra a redução da maioria penal, reafirmando que a “verdadeira construção democrática

participativa só é possível a partir da organização e do empoderamento das bases nos processos da luta” (PATORAL DA JUVENTUDE 2015, p. 01).

Dentre as propostas de políticas públicas mais votadas e apoiadas pela PJ nos últimos anos podemos destacar: O SINAJUV – Sistema Nacional de Juventude, recentemente instituído pelo Presidente da República, a não redução da maioria penal e pelo cumprimento efetivo do ECA, ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização latifundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras de povos e comunidade tradicionais.

Inegavelmente a representação e simbologia da atuação da Pastoral da Juventude foram relevantes, porém como todo movimento social, a PJ está sujeita a críticas. Acreditamos que essa atuação deveria ser mais contundente e poderia ousar mais, principalmente em cobrar dos governantes na execução das políticas públicas sugeridas pelos movimentos sociais juvenis, além disso, percebe-se uma inclinação apenas teórica nas ações da PJ, às vezes com certo distanciamento da mobilização da juventude, marca essencial da sua história. Não queremos negar com isso, a importância evangelizadora da Pastoral, mas se torna fundamental uma maior preocupação da PJ com a realidade em que os jovens estão inseridos.

Diante do exposto, nota-se uma contribuição da Pastoral da Juventude para as implementações das PPJ no Brasil, ressaltando que sem as pressões oriundas das lutas defendidas pela PJ, dificilmente avançaríamos na Política Nacional de Juventude, ainda que existam deficiências na estruturação e execução dessas políticas. Todavia, a PJ é um dos movimentos em defesa dessa luta, o qual deve se associar aos diversos segmentos sociais e as ações governamentais no sentido de produzir políticas públicas que traduzam em dias melhores para a juventude do nosso país.

Essa convergência dos movimentos juvenis torna-se essencial na atual conjuntura política do país, principalmente no sentido da manutenção das conquistas alcançada pela juventude nos últimos anos, levando em consideração que o modelo administrativo conservador e antipopular do atual governo nível federal, trabalha no sentido de retroagir nesses avanços.

Um forte exemplo desse retrocesso é a implementação da reforma do ensino médio, associada a nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), quando pretende estabelecer como disciplinas obrigatórias apenas língua portuguesa, língua estrangeira e matemática, deixando como facultativas disciplinas como História, Filosofia e Sociologia, as quais são essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico da juventude. Além disso, nota-se o sucateamento das Universidades Públicas com cortes de bolsas e a diminuição no orçamento para pesquisas, sem perder de vista o total descaso do atual governo ao enfrentamento da

violência contra os jovens que cresce de forma alarmante. Assim, o atual governo distancia-se de uma concepção de juventude de uma forma holística, os jovens não são vistos como sujeito de direitos e como atores de sua própria história.

3. A PASTORAL DA JUVENTUDE E SEU PAPEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA.

Analisar a trajetória da Pastoral da Juventude no município de Governador Mangabeira configura-se como um relevante desafio no campo da pesquisa acadêmica, muito em função, também, da importância histórica e social desse movimento no mencionado município, localizado na região do Recôncavo Baiano, constituído segundo a estimativa do IBGE – 2017, com uma população de 21.495 habitantes, sendo que desse contingente 26,84% são de jovens.

Segundo Silva (2004), a história do mencionado município teve início em 14 de março de 1962, quando a então Vila de Cabeças⁶, pertencente ao município de Muritiba, conseguiu sua emancipação política, passando a ser denominada de Governador Mangabeira, como forma de homenagear o político baiano Otávio Mangabeira (1886-1960), o qual exerceu as funções de Vereador em Salvador, Deputado Federal, Ministro das Relações Exteriores do governo de Washington Luís, Governador do Estado da Bahia (1947-1950) e Senador.

Interessante mencionar a utilização nesse capítulo das entrevistas como fontes, muito em função das dificuldades de documentos da época relacionados à trajetória da Pastoral da Juventude. Todavia, estudos acadêmicos principalmente no campo da historiografia mencionam a importância da memória como fonte, assim esclarece o historiador Alistair Thompson:

(...) a memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função dos relatos públicos sobre o passado. (...) O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. (...) Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes (THOMPSON, 1997, p. 57 apud SILVA, 2004, p. 63.).

Associada a essa dimensão de importância da pesquisa acerca do papel da Pastoral da Juventude a nível local, vale ressaltar o olhar do pesquisador no tocante a relevância do município na execução das Políticas Públicas para Juventude, pois é nesse ente federado que muitos projetos e programas em caráter nacional são colocadas em prática, ainda que alguns

⁶ Para alguns memorialistas como Antônio Pereira da Motta Júnior e Angelita Gesteira, o nome Cabeças origina-se de uma chacina por encomendas, quando provavelmente índios, bandeirantes ou tropeiros tiveram suas cabeças decapitadas por volta do século XVIII e fincadas em pontas das estacas na estrada que cortava o local, artéria que ligava Minas Gerais a Cachoeira. Como esse espaço ainda não possuía uma nomenclatura, os indivíduos que trafegavam por essa região, quando chegavam perto desse local diziam: “estamos chegando nas Cabeças”, então essa denominação passou a ser utilizada, perdurando até 14 de março de 1962, quando a Vila das Cabeças se transformou em município de Governador Mangabeira. (In: SILVA 2004, p. 23-24)

deles foram pensados de cima para baixo e sem levar em consideração a realidade da juventude nos municípios. Todavia, nos últimos anos presenciamos municípios brasileiros criando projetos e programas próprios, pensados a partir dos anseios da juventude local.

3.1. A Trajetória da Pastoral da Juventude em Governador Mangabeira

Acerca da criação da Pastoral da Juventude, não encontramos nas fontes pesquisadas uma data específica que confirme esse fato, apesar de que a maioria dessas fontes revela o ano de 1996 como marco inicial da fundação da PJ. Para Oliveira (2017), a Pastoral foi criada entre os anos de 1996-1997. Já os livros de Crônicas das Irmãs de Caridade da Santa Cruz⁷ e o livro de Tombo da Igreja Católica apresentam informações de atividades (Assembleia da juventude - 1996, Semana da Juventude – 1996, Jornada da Juventude – 1997) que suscitam a existência da Pastoral no ano de 1996. Também a maioria dos entrevistados menciona o ano de 1996 como de criação da Pastoral da Juventude no município.

No entanto as atividades envolvendo a juventude católica em Governador Mangabeira são anteriores a esse período de fundação da PJ. Em 1972 foi criado pelas Freiras – Irmãs da Santa Cruz o grupo de Jovens Unidos na Mesma Caminhada – UMC. Acerca de algumas atividades realizadas por esse grupo, encontramos informações nos relatórios mensais produzidos pelas mencionadas irmãs nos anos 1974 e 1975.

Hoje está se realizando no CEOM (Centro Educacional Otavio Mangabeira) a I Jornada Cristã de Jovens, organizada pelo Grupo UMC (Unidos na Mesma Caminhada) com a participação de todos os clubes das cidades circo vizinhas (Governador Mangabeira, 08 de dezembro de 1974).

O grupo de “Jovens na Mesma Caminhada” que completou três anos nessa mesma data organizou um encontro, sob a coordenação de Alaide, com grupo de jovens de Paripe, para troca de experiências, ensaios de canto, os quais foram animados por irmã Francisca ao violão, confraternização sobre “Renovação e conciliação” (Governador Mangabeira 19 de janeiro de 1975)

Nos dias 15 e 16 de março o grupo de jovens UMC, reuniu 33 jovens em retiro “encontro de formação”, no centro paroquial em Governador Mangabeira tendo os seus participantes refletindo sobre a co-responsabilidade cristã. (16 de março 1975) (ARQUIVO PARTICULAR DAS IRMÃS DE CARIDADE DA SANTA CRUZ, 1974 e 1975).

⁷ A Congregação Irmãs de Caridade da Santa Cruz surgiu no ano de 1845 na Suíça. Em 1966, as primeiras Irmãs de Caridade da Santa Cruz chegaram ao Brasil, atendendo ao apelo do Papa João XXIII. Nos primeiros 15 anos de presença no país, elas se dedicaram à pastoral em grandes paróquias onde não havia sacerdote. Hoje atuam na evangelização em geral, mais especificamente na pastoral da juventude, carcerária e vocacional, no campo da saúde hospitalar e alternativa, na orientação espiritual, além da educação infantil e com os moradores de rua. (In: <http://www.irmasdecaridadedasantacruz.com.br/>). Em 1971, se instalaram em Governador Mangabeira.

Percebe-se pelas informações contidas nos documentos, ações desenvolvidas pelas Freiras visando uma conscientização da juventude, principalmente por um viés evangelizador, porém com característica de mobilização e articulação a nível regional, refletindo a ação de interiorização pelo país das ideias da Igreja Católica nesse momento. Todavia, não se verifica uma articulação mais profunda com o que denominamos de Políticas Públicas para Juventude.

Posterior às atividades desenvolvidas pelo Grupo UMC, conseguimos informações através dos entrevistados/as da existência de grupos de jovens nas décadas de 80 e 90, dentre os quais podemos citar: SAULO (O Convertido), Jovens Unidos em Cristo (JUC), Renovação, Esperança, Sunshine, Coração de Estudante e Jovens Alerta Conscientes (JAC). Alguns deles chegaram a realizar incursões no campo das reivindicações voltadas para as Políticas Públicas para Juventude, a exemplo do uso da Tribuna da Câmara Municipal de Vereadores pelo Grupo Coração de Estudante, quando um dos seus membros reivindicou melhorias para a comunidade a qual o grupo pertencia, ou seja, Povoado de Queimadas, bem como ações voltadas para os jovens de uma forma geral.

Sequenciando os trabalhos, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao jovem Valdemar dos Santos Bastos, onde destacou a finalidade do grupo que foi criado no dia 07 de janeiro de 1995, solicitou dos vereadores ajuda para realização do bingo a fim de terminar a construção da AMOQ (Associação dos Moradores de Queimadas), reivindicou algumas obras como: poço artesiano, construção de abrigo ônibus, melhoramento dos transportes aos estudantes, vale transporte, melhoria no setor de segurança, campo de futebol, que distribua bolas, camisas e etc. Que crie meios de trabalhos para jovens, solicitou a volta dos agentes comunitário, melhorias nos setores de saúde e educação, professores capacitados, um plano de combate ao analfabetismo, pediu para que os vereadores façam uma reflexão no hino do grupo que é a música “Coração de Estudante”, agradeceu o momento. (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 1995. L 11, p. 122-123).

Na vasta pauta de reivindicação do grupo de jovens Coração de Estudante, localizado na zona rural do município, nota-se a preocupação com temáticas relevantes para o desenvolvimento social e econômico da mencionada comunidade, todavia, percebe-se o engajamento do grupo no que se refere às demandas voltadas para a juventude, a exemplo de atividades de lazer através da construção de um campo de futebol, geração de empregos, combate ao analfabetismo e a existência de uma educação com qualidade.

De uma forma geral, esses grupos se reuniam uma vez na semana para debater temas de diversas naturezas, desde as questões política, social e econômica do país, bem como temas relacionados ao cotidiano, ao comportamento e de conscientização dos jovens. O referencial teórico e metodológico para as discussões dessas temáticas na maioria das vezes eram as

matérias publicadas no Jornal Católico Mundo Jovem⁸, conforme relata em sua entrevista o atual Doutor em Geografia Jânio Roque Barros de Castro, que em 1995 coordenou o Grupo de Jovens Renovação, localizado no Bairro do Portão.

Os assuntos que eram discutidos no grupo de jovens eram os mais diversos: questão política do país, necessidade de reforma agrária, as grandes desigualdades sociais. Nós éramos influenciados por esse viés político crítico, porque líamos a revista Mundo Jovem, que trazia essas temáticas, além das temáticas políticas, também nós discutíamos o papel da família, a questão das drogas e os problemas comportamentais como a timidez. Debatíamos temáticas do cotidiano, do dia-a-dia vinculados na mídia. (CASTRO, Jânio Roque Barros, 2018)

A partir do depoimento de Castro, nota-se uma preocupação em debater nos grupos temas de cunho político, mesmo sem a existência específica da PJ enquanto uma organização local, no entanto as discussões não eram canalizadas para o desenvolvimento do que denominamos na atualidade de Políticas Públicas para Juventude. Assim, existia uma consciência das dimensões políticas sociais e econômicas do país em que os jovens da época estavam inseridos, porém sem transformação para a concepção de políticas públicas, como chama atenção o professor citado anteriormente:

Não existia a prática usual da palavra “política pública” existia muito a palavra política. Discutia-se muito a questão étnica racial, e que a Universidade deveria da mais condição de acesso aos pobres e os negros, sem fazer menção específica a políticas públicas, discutíamos políticas no sentido alagado da palavra, de corrigirmos injustiça, desigualdade étnico racial. Nós discutíamos muito a política, sobre corrupção, o Poder Público aparecia muito nesses grupos com viés mais crítico questionador (CASTRO, Jânio Roque Barros, 2018).

De certa forma, a fala do entrevistado traduz uma reflexão pertinente acerca da origem do termo políticas públicas como campo de análise acadêmica, uma vez que no Brasil essa discussão torna-se mais acalorada no final dos anos 90, tendo em vista que esse campo do conhecimento das ciências humanas “não teve como eixo a atividade de análise e, sobretudo, não foi acompanhada pela criação de cursos voltados à formação de analistas de políticas públicas” (FARAH, 2016, p. 964).

Essas atividades desenvolvidas por esses grupos de jovens foram fundamentais para a estruturação da Pastoral da Juventude no município, sobretudo o engajamento da maioria dos componentes dos grupos. Também, conforme os depoimentos dos/as entrevistados/as a criação

⁸ O jornal Mundo Jovem começou a circular no início de 1963. De um “boletim vocacional”, gestado no Seminário Maior de Viamão – RS, posteriormente passou para a coordenação da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), sob orientação da Faculdade de Teologia. O jornal tornou-se um impresso voltado ao mundo da educação juvenil, divulgando conteúdos e ideias interdisciplinares. Sua última publicação impressa foi janeiro de 2017. (In: <https://www.portalenoticias.com.br/jornal-mundo-jovem-deixa-de-ser-impresso-apos-mais-de-50-anos/>)

da Pastoral da Juventude contou com fortes influências das Irmãs da Santa Cruz, além do incentivo do Padre Gerônimo, o primeiro assumir a Paróquia⁹ Nossa Senhora da Conceição, em 16 de junho de 1993. Não obstante a importância desses dois atores religiosos citados anteriormente, na fundação da PJ, os anseios e a luta dos jovens católicos daquela época devem ser reconhecidos como ponto fundamental para a concretização desse marco. Nesse sentido a Pastoral da Juventude foi criada com o seguinte objetivo:

Fortalecer os trabalhos em favor da juventude, oferecendo um espaço de formação, conscientização, cultura para os/as jovens dos grupos e sociedade geral, como buscavam também a criação de outros grupos nas comunidades que ainda não tinham juventude organizada. (OLIVEIRA 2017, p. 23)

Assim, como em todo Brasil, a PJ em Governador Mangabeira é formada com os grupos de jovens (grupo de base), sendo que desses grupos são escolhidas seis pessoas para atuar como coordenadores, distribuídas nas seguintes funções: Coordenador Geral, Vice Coordenador, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro. Segundo a atual coordenadora da PJ Ânila Fratelis, treze grupos formam a Pastoral da Juventude atualmente, grupos esses que para a coordenadora são essenciais em relação ao êxito das atividades desenvolvidas, reconhecendo as limitações que a Pastoral da Juventude enfrenta para reunir a maioria dos componentes dos grupos.

A Pastoral da Juventude só existe porque existem grupos de base, nesse sentido as nossas lutas por políticas públicas voltadas para a juventude só são possíveis se a base caminha junto e faz acontecer. Em algumas ocasiões temos mais dificuldades de envolver os grupos de bases, por conta de uma resistência ou dificuldades de acesso aos espaços de discussões, já que os grupos são em sua maioria na zona rural e nem sempre é possível acesso ao centro da cidade, onde acontece a maioria dessas discussões. (FRATELIS. Ânila Tereza Santana, 2018)

Essa estrutura de funcionamento da PJ, também possui articulação com uma coordenação regional, que em se tratando da região do Recôncavo, segundo Oliveira (2017) é composta por 11 paróquias, com uma coordenação colegiada de três membros escolhidos entre os coordenadores dessas paróquias. Ainda, conforme o mesmo autor, a Pastoral da Juventude do Recôncavo foi fundada nos anos 70 pelo Padre Pierre Mathon¹⁰, porém, só foi organizada em 2004.

⁹ A palavra Paróquia tem sua origem na língua Grega (Paroikia), quer dizer segunda morada. Cada diocese é composta por paróquias que são comunidades de fieis coordenadas por um pároco. (In: <https://www.catequesedoleigo.com.br/2017/11/significado-de-paroquia-e-diocese.html>)

¹⁰ Padre Pedro Mathon, nasceu 13 de abril de 1928 na cidade Condecourt na França, tornou-se sacerdote em 01 de setembro de 1956, exerceu a função de Vigário em várias cidades desse país, sendo que 05 de novembro de 1964 transferiu-se para o Brasil especificamente para Recife, já em 15 de maio de 1965 se instalou na cidade de Salvador, quando exerceu a função de coordenador da Pastoral da Juventude, através do JOC – Juventude Operária Católica e o JUC – Juventude Universitária Católica. Em 1968 fundou a Pastoral dos Meio Operários e em 1971 criou a Pastoral da Juventude do Interior em 14 cidades da Bahia. Padre Mathon foi nomeado Cônego Honorário de

Vale salientar que a Pastoral do Recôncavo coordena a realização de múltiplas atividades, dentre as quais se destacam a Escola de Formação de Agentes Pastorais – EFAP¹¹ e o Encontro de Jovens com Cristo – EJC¹², o qual é celebrado no Dia Nacional da Juventude. Conforme a página da PJ do Recôncavo no Facebook, o último EJC foi realizado em 28 de outubro de 2017 na cidade de Cruz das Almas com a participação de mais dois mil jovens das 14 paróquias, que compõem a Diocese¹³ da citada cidade, quando se refletiu acerca da temática “Juventudes em Defesa da Vida, dos Povos e da Terra”.

Retomando a trajetória da Pastoral da Juventude em Governador Mangabeira, nota-se, nos depoimentos dos entrevistados/as, que de fato a sua essência até o ano de 2010 foi o fortalecimento dos grupos de jovens, fomentando a ideia de evangelização e uma conscientização político social da juventude, realizada através de diversos eventos como: seminário, encontro de base, oficinas, encontro de formação, atividade de lazer, missão, filantropias e outras. A relação com o Poder Público para o desenvolvimento de políticas públicas era mínima, os órgãos governamentais apenas apareciam como patrocinadores das atividades mencionadas anteriormente, como salienta Jadeilson Gomes, coordenador da PJ de 2003 a 2006.

No período identificado acima não. Lembro-me das discussões que fazíamos sobre a temática, promovíamos as atividades voltadas para a juventude, em alguns momentos com colaboração do poder público municipal, enquanto patrocinadores, mas não chegamos a desenvolver nenhum projeto com o Poder Público. (OLIVEIRA, JADEILSON GOMES, 2018)

No que se refere à evangelização, o foco da PJ era os encontros de base, estendendo-se para eventos como: Encontro de Mística, Missão Jovem, Jornada da Juventude, EFAP e outros. Por sua vez, acerca da conscientização político social da juventude, as atividades da Pastoral eram marcadas pela a abordagem de temas como: a política brasileira, realidade social, drogas,

Salvador em 03 de outubro de 1991, já em 1997 recebeu o título de cidadão soteropolitano na Câmara Municipal de Salvador. Veio a falecer em 26 de fevereiro de 2010. (In: <https://amigosdepadremathon.webnode.com/>)

¹¹ A EFAP – Escola de Formação de Agentes Pastorais é uma escola preocupada com a formação humana e cristã, que trabalhando através das dimensões da Formação Integral, busca o desenvolvimento juvenil em sua integralidade. (In: <http://arquidiocesosalvador.org.br/pj-inscreve-para-a-escola-de-formacao-de-agentes-pastorais/>)

¹² O Encontro de Jovens com Cristo – EJC visa levar cristo aos jovens através de uma mensagem de se próprio. Através do EJC, os jovens devem se descobri como pessoa, tendo valor, consciência e liberdade. O primeiro EJC aconteceu em São Paulo em 1970, através das ideias do Padre Afonso Pastore, já no Recôncavo a primeira edição do EJC aconteceu em 2000. (In: <https://ejc-ejc.webnode.com.br/news/estatuto/>)

¹³ A palavra DIOCESE que vem do GREGO (διοίκησις) que para o latim é DIOCESIS significa em seu sentido amplo um território. Uma diocese é a abrangência territorial que é constituída por um número de paróquias, que geograficamente está localizada em vários municípios. (In: <https://www.catequesedoleigo.com.br/2017/11/significado-de-paroquia-e-diocese.html>)

sexualidade, os jovens na sociedade, meio ambiente e outros. Já na perspectiva da filantropia, Acacilda Pereira, que participou da PJ até 2005, menciona as seguintes ações desenvolvidas:

Visitar a casa de criança com câncer, onde fazíamos brincadeira, orações, dinâmicas, levávamos bolos para os aniversariantes e apoio aos pais (...) visitas ao Abrigo Dom Pedro II (Idosos), levávamos materiais de limpeza e higiene, alimentos, ouvíamos a história de vida deles, orávamos, dávamos apoio e muito carinho (...) visita em bairros bem carentes e distribuíamos cestas básicas, agasalhos e também fazíamos orações. (SANTOS, Acacilda Pereira, 2018)

Por esse contexto, nota-se que a trajetória da Pastoral da Juventude, até o ano 2010, foi marcada por uma fusão de conscientização sócio-política com inclinação para a base teórica de origem da PJ, ou seja, a Teologia da Libertação e para uma vertente de reflexão acerca dos princípios cristãos, compreendidos a partir de atos práticos e não somente teóricos, reforçando a passagem bíblica “a fé sem obras é morta” (Tiago 2: 26). Porém, essa praticidade não possuía uma conotação de influência ao Poder Público para a efetivação de políticas públicas relacionadas à juventude, ainda que, indiretamente, algumas das atividades suscitavam preocupações da Pastoral com a realidade dos jovens no município.

A partir de 2012, aconteceu uma guinada na trajetória da PJ no município de Governador Mangabeira, principalmente no sentido de elaboração e acompanhamento de atividades e projetos relacionados às Políticas Públicas para Juventude em parceria com o Poder Público, principalmente através da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade – SEPRMI, a qual possuía em sua estrutura o Departamento de Juventude, salientando que no ano anterior existiram sinais dessa parceria, quando tomaram posse os membros do Conselho Municipal de Juventude – CEMJUV, cujo primeiro Presidente foi um membro da Pastoral da Juventude (Jadeilson Gomes de Oliveira). No item a seguir detalharemos a participação da Pastoral da Juventude na realização dessas políticas públicas.

Outro elemento significativo nessa análise da trajetória da Pastoral da Juventude em Governador Mangabeira, é o fato das concepções teóricas e práticas desse movimento terem contribuído para a formação intelectual de muitos dos seus membros, principalmente no sentido de continuidade nos níveis de estudos. Basta salientar que a maioria dos coordenadores conseguiu concluir um curso superior, como podemos observar no quadro abaixo.

| NOME | ANO DE ATUAÇÃO | FORMAÇÃO |
|-----------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| Dark dos Santos Vieira | 1996 – 1997 | Mestre em linguística |
| Eron da Silva dos Santos | 1997 – 2000 | Licenciado em Matemática |
| Claudio Telles | 2001 – 2003 | Técnico Contábil |
| Jadeilson Gomes de Oliveira | 2003 – 2006 | Licenciado em História |
| Nadirjane Nogueira C. de Oliveira | 2007 – 2009 | Bacharel em Serviço Social |
| Idailson Vieira Santana | 2010 – 2011 | Graduando em Pedagogia |
| Faraildes Barros | 2012 – 2013 | Graduada em Farmácia |
| Leomar Barros | 2014 – 2015 | Graduado em Administração |
| Ânila Tereza Santana Fratelis | 2016 – 2017 / 2018 | Mestranda em História |

Quadro 1 - Coordenadores da Pastoral da Juventude 1996 – 2018

Elaborada pelo autor, 2018.

Notadamente, essa perspectiva de inserção dos membros da PJ no universo acadêmico pode ser associada com os próprios ideais dessa Organização, não apenas inserção atribuída aos coordenadores, mas a um conjunto de pessoas da qual temos conhecimento, fenômeno fruto da própria consciência de participação desses atores no interior da Pastoral, imbuídos de uma concepção crítico social com alicerces nos princípios cristãos do catolicismo, observados em alguns dos depoimento dos coordenadores no que se refere a sua atuação durante a trajetória da PJ.

A Pastoral da Juventude é minha base de formação. Sempre procurei aplicar na paróquia, o que era feito a nível de região, proporcionando aos membros das dezenas de grupos que tínhamos, formação religiosa, política, social, entretenimento através de shows, apresentações, torneios esportivos etc. (OLIVEIRA, Jadeilson Gomes de. 2018)

Eu entendo que preciso acompanhar, cuidar e ter atenção com as questões espirituais, com o contato com Jesus Cristo, mas não posso deixar de olhar para as questões sociais, para os problemas que assolam e machucam os filhos de Deus, nesse sentido, posso dizer que não somente eu, mas PJ de maneira geral se caracteriza por ser uma pastoral com um envolvimento social e político muito forte. (FRATELIS. Ânila Tereza. 2018)

Que jovens evangelizem outros jovens, que a juventude ocupe o seu espaço, reivindique os seus direitos, denuncie opressões, busco a parti do contato com esses sujeitos evangelizá-los a partir do que eu conheço, e incentivá-los a serem sujeitos que ocupem espaço, que discutam sobre questões pertinentes em nossa sociedade. (SOUZA, Mailda Santos Silva da. 2018)

Assim, o percurso da Pastoral da Juventude no espaço em foco muito contribuiu e tem contribuído para uma conscientização da juventude acerca dos seus direitos e deveres, bem como para uma dinâmica de evangelização. Todavia, deve-se lembrar que todo movimento

social possui suas contradições internas: conflitos, tensões e divergências, pois na sua composição existe a marca da diversidade de ideias e valores, mas que não invalidam a luta por uma unidade na busca pelo desenvolvimento de Políticas Públicas para a Juventude.

3.2. A Influência da Pastoral da Juventude na Elaboração das Políticas Públicas Municipais de Juventude

Como já mencionado anteriormente, o ano de 2012 apresenta-se como um momento fundamental para a participação da PJ na elaboração e acompanhamento das Políticas Públicas para Juventude em Governador Mangabeira. Antes de refletir acerca das características de atuação, se faz necessário pontuar realizar algumas ponderações do cenário político existente no município naquele período.

Em 2009 toma posse como Prefeita do município, Domingas Souza da Paixão, a qual foi eleita com “55,7% dos votos validos, sendo a primeira mulher a governar o município de Governador Mangabeira” (A TARDE, 2008). Também, nesse mesmo ano o Professor de História Luís Carlos Borges da Silva é empossado como vereador, o primeiro eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o qual no seu depoimento revelou que pertencia ao mesmo grupo político da titular do Poder Executivo.

Além disso, Borges destacou que sua formação durante a juventude sofreu influências de grupos de jovens e que mantinha naquele período relações próximas com membros da PJ, sendo que, logo no primeiro ano do seu mandato, inicia uma série de reivindicações e projetos voltados para os anseios dos jovens, através de diálogo com a Pastoral da Juventude, desencadeando nas leis de criação do Conselho Municipal de Juventude e da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade, ambas aprovadas em 2009 pela Câmara Municipal.

Esse cenário político municipal com demandas para juventude foi influenciado pela conjuntura Estadual e Nacional, uma vez que tanto a Bahia como o Brasil eram governados por políticos petistas, quando foram desenvolvidas algumas políticas de juventude, já citadas no capítulo anterior. No entanto, o foco desse item da pesquisa está direcionado para o município, principalmente no sentido de compreender que “o poder municipal aparece como interlocutor próximo dos grupos organizados, sobretudo quando as demandas giram em torno de transformações da qualidade de vida e de novas apropriações do espaço citadino” (SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 32).

Nesse contexto, aparece como a primeira iniciativa estruturada na perspectiva da Gestão Pública municipal, a aprovação em 2009 da Lei nº 347, criando o Conselho Municipal de

Juventude – CEMJUV, a qual foi precedida da realização de uma Audiência Pública¹⁴ na própria Câmara de Vereadores organizada pelo mencionado parlamentar e membros da Pastoral da Juventude, como demonstra documento do Poder Legislativo.

O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei 05/2009, o vereador autor Luís Carlos Borges solicitou que se faça antes da segunda votação uma reunião, afim de discutirmos com os jovens a criação desse Conselho da Juventude e ouvir algumas sugestões que possa melhorar (...) o vereador falou do sucesso da Audiência Pública, onde se discutiu o Conselho da Juventude tendo participação maciça dos jovens (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, L19 2009, p. 192)

Avaliando o processo de elaboração até a aprovação, nota-se que a Lei que criou o CEMJUV foi concebida de forma participativa e democrática, quando através da Audiência Pública os jovens tiveram a oportunidade de opinar. Assim, o mencionado Conselho era composto por 16 membros titulares e suplentes, representando o Poder Público e a sociedade civil organizada e dentre suas finalidades destacam-se:

Formular diretrizes da política municipal voltada a juventude, inclusive fixando prioridades para definição das ações correspondente e aplicação dos recursos; Zelar pela execução da política municipal voltados para juventude, estabelecendo critérios, forma e meios de fiscalização dos órgãos, ações e medida referentes ao seu campo de competência; Contribuir para formação cidadã da juventude do município articulando projetos e/ou ideias que eleve a formação educacional e profissional dos jovens. (LEI, nº. 347/2009. Arquivo da Câmara de Vereadores)

Sem dúvidas, a criação do Conselho configura-se como uma conquista da juventude mangabeirense, bem como suas finalidades apontam para uma perspectiva do desenvolvimento das políticas públicas juvenis. Por outro lado, a participação da Pastoral da Juventude foi fundamental para a concretização dessa lei, fato é que uma das titularidades da composição do CEMJUV era de exclusividade da Pastoral, porém a aprovação da Lei não resultou na imediata posse dos seus membros, ato só efetivado apenas em 2011.

Além da Lei de criação do CEMJUV, em 2009 existiu outra lei voltada para a juventude aprovada na Câmara Municipal, ou seja, a Lei nº 361, que cria a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade (SEPROMI). Segundo os relatos do vereador Borges, os debates sobre aprovação da SEPROMI foram calorosos, pois a oposição resistiu a aprovar o projeto, sendo

¹⁴ As **audiências públicas** são espaços de debate para diversos atores sociais, sejam eles a população em geral ou o governo. São garantidas na Constituição Federal de 1988 e reguladas por leis federais, constituições estaduais, leis orgânicas municipais e a lei orgânica do Distrito Federal. O objetivo maior das audiências é **incentivar os presentes na busca de soluções de problemas públicos**. Podem servir como forma de coleta de mais informações ou provas (depoimentos, pareceres de especialistas, documentos, etc.) sobre determinados fatos. (In: <http://www.politize.com.br/audiencias-publicas-como-participar/>)

necessária uma mobilização popular com presença na Câmara no dia da votação, fato que contribuiu para a aprovação do aludido projeto.

Conforme a Lei de criação, a SEPRMI não foi uma Secretaria voltada exclusivamente para juventude, mas para outros segmentos, como os negros e as mulheres. Sua estrutura organizacional possuía 5 departamentos, sendo um deles o de Políticas para Juventude – DEPOJ, o qual era dividido em três seções específicas: a) seção de educação cultura e lazer; b) seção de emprego e renda; c) seção de elaboração e acompanhamento de programas. Dentre as suas várias finalidades destacam-se:

Planejar, orientar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógica dos projetos e programas sociais voltado para juventude; Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas nas áreas de emprego e renda; Criar espaço para manifestação cultural e artísticas da juventude com estrutura para eventos, teatro, oficinas, danças, artesanato e espetáculos em geral; atender demandas de jovens em situação de vulnerabilidade social. (LEI, nº. 361/2009. Arquivo da Câmara de Vereadores)

Assim como o Conselho, a SEPRMI só foi instalada em 2011. Essa demora, conforme a entrevista do citado Vereador, foi motivada por contradições internas de setores do Poder Executivo Municipal que, por outros interesses, tentaram adiar a instalação desses novos órgãos. Todavia, a ideia da Secretaria com um setor específico para juventude deve ser compreendida como algo relevante no contexto do desenvolvimento das Políticas Públicas para Juventude naquele período.

O ano de 2011 é marcado por três momentos relevantes para os fatos analisados na pesquisa em tela. O primeiro consiste na posse dos membros do Conselho Municipal de Juventude, no dia 10 de agosto. Já no dia 24 do mesmo mês, os membros do Conselho se reuniram para eleger a sua diretoria, a qual ficou composta pelos respectivos nomes e seus segmentos, representados da seguinte forma:

| NOME | CARGO | REPRESENTAÇÃO |
|------------------------------|---------------------|--------------------------|
| Jadeilson Gomes de Oliveira | Presidente | Pastoral da Juventude |
| Daniel da Conceição de Souza | Vice-Presidente | Secretaria de Saúde / PJ |
| Juliana Rezende Costa | Primeira Secretária | Segmento Cultural / PJ |
| Ana Paula Melo | Segunda Secretária | Estudante Universitário |
| Cassio Conceição Alves | Tesoureiro | Estudante Universitário |
| Liverson Pereira Slujakovsky | Segundo Tesoureiro | Secretaria de Educação |

Quadro 2 - Composição da Primeira Diretoria do CEMJUV.

Fonte: professorborges.com.br (Adaptado)

Vale salientar que a formação da primeira diretoria do CEMJUV era composta em sua maioria por representantes da sociedade civil, dentre esses, quatro tinham vínculo com a Pastoral da Juventude, sendo três participantes de grupos de jovens (Daniel Souza, Juliana Costa, Liverson Slujakovsky) e um assessor referencial da PJ (Jadeilson Gomes), demonstrando a força da Pastoral na construção desse instrumento de desenvolvimento de políticas públicas.

Em se tratando das experiências dos conselhos no Brasil, os estudos acadêmicos, em especial nas vertentes da Administração e Gestão Pública e a Participação e Sociedade Civil, revelam que a institucionalização desse aparato gestor tornou-se visível a partir da Constituição de 1988, porém sua praticidade acontece de forma mais intensiva nas duas últimas décadas (KLEBA 2015, p. 1060). Fenômeno que possibilita uma ampliação da participação popular na gestão do estado, nesse sentido os conselhos podem ser concebidos:

Como instâncias participativas e decisórias, promovem aprendizados de convivência democrática, tanto para os atores da sociedade civil quanto os do Estado. A existência dessas instâncias reforça a exigência para que o Estado dê publicidade a suas ações, apresente contas, exponha os critérios que balizam acordos, mas também para que a sociedade civil se qualifique para essa participação. (KLEBA, et al 2015, p. 1061)

Uma vez instalado, a primeira ação desenvolvida pelo CEMJUV foi a realização da Primeira Conferência Municipal de Juventude em 31 de agosto de 2011, com o tema central Juventude: Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil. Conforme matéria Primeira Conferência Municipal de Juventude foi um sucesso, noticiada no Blog do Professor Borges, o evento contou com a participação de mais de 150 jovens, desenvolvido através de uma parceria do Conselho de Juventude com a Prefeitura Municipal, sendo as atividades coordenadas pelo Presidente do CEMJUV. Ainda de acordo com a citada matéria, a Conferência elegeu 16 delegados para Etapa Territorial, realizada no dia 02 de outubro na cidade de Cruz das Almas e 02 delegados para a Conferência Estadual em Salvador nos dias 29 e 30 de outubro. Dentre as propostas debatidas nos Grupos de Trabalhos, destacaram-se como eleitas:

Eixo 1: Direito ao Desenvolvimento Integral – Reativação dos grêmios Estudantis (políticas de incentivo); Ampliação de cursos de qualificação profissional, olhando as necessidades dos jovens local;

Eixo 2: Direito ao Território - Criação do departamento de juventude, para articular os movimentos e organizações juvenis e pensar as Políticas Públicas para Juventude em todo o município. Ampliação dos Centros de Inclusão Digital na Zona Rural; Parceria com as entidades de ensino para formação de profissionais para a educação no campo;

Eixo 3: Direito à experimentação e qualidade de vida – Política de incentivo a feira de saúde à serem realizadas nas escolas; Criação de uma casa de acolhida e de um Centro de Recuperação para crianças, adolescentes, jovens ao menos no território.

Eixo 4: Direito à Diversidade e à Vida Segura – Criar uma política de conscientização contra o racismo na comunidade (exemplo: palestras); Maior

investimento no lazer, educação e cultura através dos programas voltados para os jovens.

Eixo 5: Direito à participação – A participação ativa da juventude nos recursos administrativos pelos entes governamentais; Criação do Plano Municipal de Juventude (a partir da escuta da juventude). (RELATÓRIO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE 2011)

Nota-se que as propostas voltadas para as PPJ, gestadas na Primeira Conferência, foram na sua maioria significativas e qualificadas, sendo que algumas delas o governo municipal daquele período colocou em prática, a exemplo da ampliação de cursos profissionalizantes, criação do Departamento de Juventude, educação no campo, ampliação dos centros de inclusão digital e a política de conscientização contra o racismo, porém outras temáticas essenciais no universo das PPJ foram deixadas de lado pelo Poder Executivo, como reativação dos Grêmios Estudantis, incentivo à feira de saúde, centro de recuperação e a criação do Plano Municipal de Juventude.

A temática das Conferências de Juventude na atualidade também tem despertado interesses de pesquisadores da área de Gestão Pública, sobretudo na perspectiva de considerar esse fenômeno como algo que legitima a relação da juventude com os governos na sua tripla dimensão: Nacional, Estadual e Municipal: “assim, as conferências de juventude foram importantes para afirmar a especificidade deste segmento como receptor de atenção especial do Estado” (ROCHA; ROMÃO 2016, p. 202). De forma geral as conferências foram organizadas conforme o seguinte organograma.



Figura 2: Esquema das Conferências Nacionais
Fonte: (RUMÃO, 2014)

Três meses após a realização da Conferência, o governo da Prefeita Domingas Souza da Paixão resolve instalar a SEPRMI, instalação essa que, segundo os relatos do Professor

Borges, contou com a influência de setores da população negra, movimento de mulheres, da PJ e de articulação do seu mandato de vereador. A primeira Secretária foi a Professora Neci Leite, participante da religião de Matriz Africana e membro da Irmandade da Boa Morte (Cachoeira). Já o Departamento de Políticas para Juventude foi coordenado por Daniel da Conceição de Souza, Vice Coordenador da Pastoral da Juventude e Vice-Presidente do CEMJUV, demonstrando a força da PJ para assumir esse Órgão.

O primeiro ano do Departamento concentrou-se na perspectiva de planejamento e pesquisa acerca das características da juventude mangabeirense, além de diálogos com grupos juvenis, dentre eles a Pastoral da Juventude. Em termos de atividades destacaram-se aquelas realizadas com as escolas: “entrega de cartilha de prevenção às drogas, palestra com estudantes sobre sexualidade, organização de passeio ciclístico, palestra sobre diversidade sexual, apoio a parada LGBT e mesa redonda com tema Intolerância Religiosa” (RELATORIO ANUAL DA SEPRMI, 2012).

Em 2013 assume a SEPRMI o ex-vereador professor Luís Carlos Borges da Silva, o qual delegou ao Departamento de Juventude a iniciativa de desenvolver projetos com a Pastoral da Juventude e outros segmentos juvenis. Imbuído dessa responsabilidade o citado Diretor de Juventude procurou articular projetos em parceria com a PJ, como salienta Faraildes Barros (Coordenadora da PJ: 2012 – 2013) na sua entrevista, que foi procurada por Daniel Conceição para firmar tal parceria. Desse dialogo nasceu o Projeto com tema: Juventude em Ação¹⁵ com os respectivos subtemas: prevenção às drogas; sexualidade na adolescência e juventude; juventude e participação.

Acerca do mencionado projeto, em seus relatos, Faraildes Barros enfatiza sua relevante importância, principalmente o seu caráter inédito, quando o Poder Público e os movimentos juvenis representados pela Pastoral da Juventude desenvolveram atividades voltadas para uma conscientização dos jovens e com significado de políticas públicas. Além disso, Barros salienta que os subtemas do projeto foram pensados em parceria com a PJ, sendo assuntos também bastante debatidos nos encontros da Pastoral.

¹⁵ **Objetivo Geral:** Promover um espaço de interseção, debate e reflexão, acerca de temas que estão cada vez mais presentes no cotidiano da juventude, em especial a prevenção às drogas, orientação sexual e participação social.

Objetivos Específicos: Promover um espaço de interação e debate entre a juventude de nossa cidade; Apresentar informações aos jovens acerca dos efeitos do uso das drogas, bem como, possibilidades de prevenção; Discutir alguns aspectos relacionados à sexualidade na adolescência e juventude; Abordar a importância da participação juvenil na sociedade, em especial nos grupos de jovens, grêmios estudantis, movimentos sociais e outros; Enfatizar o papel da família e da Igreja para a formação da juventude.

Metodologia: O projeto será aplicado a partir de instrumentos como palestras, seminários e mesas redondas, associado a apresentações culturais como danças, peças teatrais, filmes, músicas e outras. (ARQUIVO PESSOAL: PROJETO JUVENTUDE EM AÇÃO 2012)

No que se refere às etapas do Projeto Juventude em Ação, a primeira temática a ser abordada foi a prevenção às drogas no dia 10 de maio de 2013. Segundo matéria divulgada em veículo de comunicação (Blog: professorborges.com.br), o evento contou com a participação de mais de 400 jovens, sendo organizado através da parceria entre SEPROMI, a Pastoral da Juventude e o Conselho Municipal de Juventude. A reportagem do mencionado blog, ainda salienta que, durante o evento, foi realizada uma mesa redonda com especialistas para discutir a temática, também contou com Grupo de Teatro da Polícia Militar da Bahia com apresentação da peça teatral "**Sai Dessa (Drogas)**", a qual alertava para os efeitos que as drogas podem causar na vida dos jovens.

De fato, naquele momento já se fazia necessária uma discussão sobre o consumo de drogas no Brasil e o papel do Poder Público e da sociedade civil para tentar minimizar essa situação, pois as estatísticas do consumo das drogas lícitas e ilícitas entre os jovens naquele momento já se apresentavam como alarmantes. Dados contidos na Cartilha da Série: Por dentro do assunto produzida em 2011 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) revelavam tal problemática: “320 mil jovens foram vítimas de álcool por ano e 22% começaram a beber aos 13 anos de idade; 17% dos jovens entre 18 a 24 anos já fizeram uso da maconha e 2% dos jovens já experimentaram cocaína”.

A segunda etapa do mencionado projeto aconteceu em 23 de outubro de 2013, objetivando “discutir com estudantes e especialistas algumas questões relacionadas a sexualidade na adolescência, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis – DSTs, métodos contraceptivos, evolução do corpo e as políticas governamentais voltadas para as temáticas em foco”. (Blog: <http://www.professorborges.com.br/2013/10/ii-etapa-do-projeto-juventude-em-acao-e.html#.W3A53uhKjIU>)

Naquele período, dados da Secretaria de Saúde do Estado Bahia, contidos na reportagem do Jornal A Tarde, revelaram que em 2012 a Bahia possuía 40.350 adolescentes de 10 a 19 anos grávidas, logo o município de Governador Mangabeira estava inserido nesse contexto, ressaltando que em 2013 a coordenadora da PJ Faraildes Barros trabalhava em PSF (Posto de Saúde da Família) e o Presidente do CEMJUV trabalhava no Conselho Tutelar, fatos que contribuíram para a escolha das temáticas em foco.

A terceira e última etapa do Projeto Juventude em Ação só aconteceu mais de um ano depois da segunda etapa, muito em função de problemas financeiros e estruturais. Conforme noticiado no Blog do Professor Borges, o evento contou com aproximadamente 150 jovens, sendo o tema: Juventude e Participação Social, distribuído em subtemas como: Estatuto da

Juventude, Grêmio Estudantil e Rede Sociais, sendo um dos palestrantes o professor do Curso de Ciências Sociais da UFRB, Dr. Silvio Benevides.

A temática da participação social também aparece como um campo de estudo relevante na área das ciências humanas. Em se tratando da participação dos jovens nos últimos anos no Brasil, existiu “nas diversas esferas da sociedade, especialmente nas lutas reivindicatórias por direitos (sociais, políticos e civis) e para que os Poderes Públicos os incluam na agenda pública” (CAVALCANTE 2015, p. 09). Evidente que essa participação é fundamentada em uma multiplicidade de reivindicações que tornam visíveis a heterogeneidade da juventude atual, bem como essas as formas de mobilização se modificam principalmente com a utilização das redes sociais, pois:

A juventude faz parte de uma geração que nasceu sobre a era da globalização, da informatização, do imediatismo e da sociedade do consumo, neste sentido utiliza como uma das principais formas de mobilização e até mesmo de organização, a internet (Facebook e Twitter), um ambiente virtual, muito dinâmico e carregado de informações. (CAVALCANTE 2015, p. 10-11)

Paralelo à execução do Projeto Juventude em Ação, outras atividades e projetos foram desenvolvidas pela SEPROMI em que a Pastoral da Juventude teve participação ativa tanto na elaboração como na execução, dentre os quais podemos destacar: Projeto Feira das Profissões destinada a estudantes do ensino médio (2013) em parceria com a UFRB; duas edições do concurso de redação sobre consciência negra, destinado a estudantes da educação básica com os temas Zumbi dos Palmares: herói negro (2013) e Nelson Mandela: Lição de vida, amor e coragem (2014); Cursos profissionalizantes de carpintaria e culinária (2014); primeiro Curso Intersetorial de Políticas Sobre Droga (2014) em parceria com o curso Psicologia da UFRB. (RELATÓRIO ANUAL DA SEPROMI, 2013-2014)

Em 2015, outra relevante parceria entre a Pastoral da Juventude com o Poder Público foi a realização da II Conferência Municipal de Juventude com a temática “As Diversas Formas de Mudar a Cidade”. A PJ teve um papel fundamental na mobilização da juventude nas comunidades, através dos grupos de jovens (grupo de base). No evento três delegados foram eleitos para Conferência Territorial, bem como a elaboração de propostas para a Conferência Estadual, dentre as quais podemos destacar:

Fomentar à Criação de uma disciplina de participação política social e política na base do ensino público e privado; Criar um projeto de integração entre comunidade, aluno e instituição escolar; Desenvolver Cursos e incentivar empreendedorismo, tendo em vista as demandas de associações e cooperativas comunitárias; Incluir o tema diversidade e gênero na grade curricular e jornada pedagógica e conscientizar através de palestras com pessoas preparadas para cada tópico do tema, devendo ocorrer mensalmente; Criação de um núcleo interdisciplinar de apoio a jovens; Incentivar à formação de Grupos Artísticos permanentes nas instituições de ensino; Reforçar os

programas implementados pelas políticas governamentais como, “segundo tempo, bolsa atleta e cidade esportiva”; Revitalização e reflorestamento do Rio e das Nascentes do município; Criação de fórum e ou oficinas de orientação jurídica nas escolas; (II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, 2015)

No ano de 2016, não aconteceu de fato uma atividade no campo das Políticas Públicas para Juventude com influência da PJ no município, porém vale ressaltar a realização da II edição do Troféu Carolina Maria de Jesus, realizado em comemoração ao dia Internacional da Mulher (08 de março), quando jovens negras do município foram escolhidas para serem homenageadas, sendo que uma delas foi a coordenadora da Pastoral da Juventude naquele ano, Ânila Tereza Santana Fratelis.

Já em 2017, com a posse do novo Prefeito – Marcelo Pedreira de Mendonça (PP), a Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI) foi extinta, sendo seus departamentos incorporados em outras secretarias, o de Juventude, por exemplo, ficou alocado na Secretaria de Meio Ambiente. Nota-se que a reforma administrativa do novo governo municipal se configura como um retrocesso nas Políticas Públicas para Juventude, pois ao passo que a SEPROMI foi extinta, o Departamento de Juventude perdeu visibilidade, assim como o Conselho Municipal de Juventude que também foi extinto, demonstrando que as PPJ não são consideradas prioridades pelo atual gestor.

Todavia, mesmo com esse “golpe” no desenvolvimento das PPJ no município, a Pastoral da Juventude não cessou sua luta em defesa dos direitos da juventude. Nesse mesmo ano, a partir da realização de uma Gincana¹⁶ fundamentada no tema da Campanha da Fraternidade - “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”, a PJ produziu um relatório demonstrando quais são para os jovens os principais problemas¹⁷ que afetam o meio ambiente no município, bem como elencou uma série de sugestões¹⁸ para a recuperação e reflorestamento de algumas nascentes do município, bem como outras ações governamentais em defesa da relação natureza e sustentabilidade.

¹⁶ A primeira gincana da Pastoral da Juventude de Governador Mangabeira tem como tema: “**Fraternidade: cultivar e guardar a criação**” e caminha em consonância com a proposta da Campanha da Fraternidade de 2017 que tem como tema “**Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida**” possibilitando uma discussão mais ampla sobre as questões ambientais do nosso país.

Objetivo Geral: Possibilitar uma reflexão mais ativa e transformadora no que diz respeito à preservação da natureza do município de Gov. Mangabeira.

¹⁷ **Principais problemas:** Desmatamento e criação de pastos; Queimadas; Dificuldade de acesso; Descarte indevido de lixo; Descaso das instâncias públicas e da população; Falta de saneamento básico (que acarreta presença de coliformes fecais na água).

¹⁸ **Sugestões:** Plantio de árvores; Limpeza e revitalização das nascentes; Atividades de conscientização, junto às comunidades; Melhorias no acesso às fontes; Instalação de lixeiras nesses espaços; Projeto de saneamento básico; Maior conhecimento e envolvimento das instâncias públicas nos problemas das comunidades. (RELATORIO DA PASTORAL DA JUVENTUDE, 2017)

Esse relatório foi entregue ao Prefeito do município, em julho de 2017 durante a elaboração do PPA (Plano Plurianual), no entanto até a presente data não temos conhecimento de nenhuma ação desenvolvida para atender os pleitos elencados nesse documento apresentado pela PJ, reforçando a importância dessas sugestões, visto que a temática de preservação do meio ambiente deve ser prioridade nas ações governamentais.

Evidente que para a Pastoral da Juventude desenvolver atividades vinculadas às políticas, existiram dificuldade de diversas naturezas, que variam do próprio desinteresse dos jovens em construir as demandas, a entaves no diálogo com o Poder Público. Para o assessor referencial da PJ no período pesquisado, Jadeilson Gomes, “a resistência em discutir, mas principalmente de compreender a política como instrumento importante para transformação da sociedade”. Já para atual coordenadora da PJ Ânila Fratelis, “as maiores dificuldades encontradas consistem nos fatos dos sujeitos responsáveis pelos espaços públicos, ouvirem os anseios dos jovens, que nem sempre são considerados importantes”.

Sendo assim, mesmo com algumas dificuldades enfrentadas, podemos observar que a trajetória da Pastoral da Juventude no município de Governador Mangabeira, entre os anos de 2011-2018, constitui-se como algo relevante e bastante produtivo, atuando para o desenvolvimento de políticas públicas em diversas temáticas voltadas para conscientização, politização, autonomia e garantias de direitos para os jovens, porém as demandas em benefícios da juventude ainda são muitas, suscitando a continuidade da luta da Pastoral da Juventude pela afirmação dos jovens como sujeitos construtores de sua própria história.

3.3. Um olhar para o futuro

Notadamente, os desafios inerentes à luta da Pastoral da Juventude para os próximos anos são muitos, dada a complexidade da atual conjuntura da juventude brasileira, bem como a pouca atenção destinada às Políticas Públicas para Juventude pela gestão municipal. Todavia, a própria capacidade de se reinventar da PJ, bem como a resignificação das suas lutas, por certo compõem requisitos essenciais para trilhar novos caminhos.

Um combustível essencial para enfrentar esses novos desafios é a própria motivação e satisfação dos jovens, a qual se traduziu ao longo da história da Pastoral da Juventude em algo prazeroso para muitos daqueles que fizeram e que fazem parte dos Grupos de Base que constituíram e constitui a PJ, satisfação perceptível já na participação nos grupos de jovens que foram o alicerce do movimento a nível municipal, configurada em alguns depoimentos de pessoas que conviveram com essa dinâmica.

A participação no grupo de jovens me deu essa maturação, de formação políticas, de você pode debater, interagir, discutir temáticas sociais, econômicas, políticas, contribuiu bastante para formação da minha cidadania e criticidade. (CASTRO, Jânio Roque Barros, 2018)

Muita troca de experiência, fortalecimento espiritual, preparo para minha vida humana, social e moral. Coisas que tenho muito presente em minha vida até hoje. (SANTOS, Acacilda Pereira, 2018)

Para mim foi uma possibilidade de fortalecimento do senso de pertença ao um grupo que buscava valores comum, construção da identidade cristão. Participar da Pastoral da Juventude representou para mim uma fase significativa na minha história pessoal e base para minha opção de vida como religiosa hoje. (SANTOS, Leideneia Pereira dos Santos, 2018)

Essa convicção de pertença e de identidade estende-se para os vínculos com a Pastoral da Juventude, como um movimento agregador dos diversos grupos de base. Também para os depoentes a partir da existência da PJ, participar desse movimento significou ou significa possibilidades para construção de uma formação política, cidadã e evangelizadora, bem como contribuir para transformações significativas no que se refere aos anseios da juventude.

Influenciados por essa satisfação, alguns dos membros da atual coordenação da Pastoral da Juventude em seus depoimentos enfatizaram quais devem ser as prioridades da PJ para o futuro, prioridades essas que perpassam por temáticas diversas, a exemplo da conscientização da juventude, a violência contra os jovens, espaços de lazer e a preservação do meio ambiente.

Somos uma pastoral que tem uma série de utopias, nesse sentido estamos sempre perspectivando e lutando por melhorias sociais. Atualmente perspectivando políticas públicas que atue com maior efetividade, com responsabilidade, e com intuito de prevenção a violência contra os jovens de maneira mais específica, o jovem negro, que é quem mais morre de maneira violenta no nosso município, visamos políticas públicas que volte um olhar para as questões ecológicas e desenvolva um cuidado com nossas nascentes e mananciais. Além disso, buscamos sempre políticas públicas voltadas principalmente para juventude, na melhoria da educação, questões culturais e afins. (FRATELIS. Ânila Tereza. 2018)

Trabalhar para a revitalização das fontes e conseguir junto ao governo municipal, que nos propicie momentos de lazer e diversão, a partir de uma praça da juventude. (SANTOS, Jailda da Silva dos. 2018)

Enquanto membro da Pastoral da Juventude acredito que no nosso município na atual gestão ainda é escasso de políticas que abracem a juventude, há eventos, como festas e campeonatos de futebol, mas acredito que é preciso ações que contribua para a socialização e conscientização dos jovens, é importante que se haja uma maior atenção por parte do poder público aos anseios da juventude. (SOUZA, Mailda Santos Silva da. 2018)

Refletindo acerca do primeiro depoimento acima, nota-se a preocupação na construção de políticas públicas que possam minimizar o extermínio da juventude, mesmo que tal fenômeno não seja algo exclusivo do município, contudo os dados desse tipo de violência são

alarmantes principalmente quando se trata da juventude negra, uma vez que “das 30 mil jovens vítimas de homicídios no Brasil, destes 23 mil são negros. Em um mês são mais de 1.900 jovens negros mortos, ou seja, cerca de 76 a cada dia e mais de 3 a cada hora, atingindo um assassinato a cada 20 minutos” (PLANO JUVENTUDE VIVA 2014, p. 05).

De fato, essa preocupação da PJ em relação ao extermínio da juventude, em especial dos negros, deve constar nas ações governamentais futuras objetivando a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento dessa situação. No entanto, além da violência, os dados apontam para outros problemas em que a maioria atingida é de jovens negros, principalmente em relação à educação e ao acesso ao mercado de trabalho.

No ensino superior existem 35% de jovens brancos, já os negros são 15% (...) quanto a percentual de jovens trabalhando com carteira assinada, os brancos são 58%, e quanto os negros são 48%. 57% dos jovens trabalhadores negros recebem até um salário mínimo, percentual que não passa de 41% no caso dos trabalhadores brancos (PLANO JUVENTUDE VIVA, 2014, p. 06).

O segundo depoimento ilustra uma demanda que de certa forma poderá contribuir para a diminuição da violência contra jovens, ao passo que sejam elaboradas políticas públicas de fomento ao esporte, cultura e lazer, pois nessas áreas são poucas as opções oferecidas aos jovens no município de Governador Mangabeira, aspectos enfraquecidos na atual gestão, que se restringe apenas à realização de atividades relacionadas ao futebol e festa de ruas, como enfatiza a terceira depoente acima.

Nesse contexto, percebe-se que muito se tem a fazer no município de Governador Mangabeira no tocante às Políticas Públicas para Juventude, sobretudo na perspectiva de garantir aos nossos jovens uma melhor qualidade de vida, sendo que nessa busca por garantias de direitos, a participação da Pastoral da Juventude é de extrema importância, muito em função da sua trajetória de luta em defesa de uma juventude autônoma e construtora de sua própria história, sem perder de vista o caráter evangelizador tão relevante na concepção da Pastoral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa acerca do papel da Pastoral da Juventude na elaboração e implementação de Políticas Públicas para Jovens em Governador Mangabeira se constitui como algo relevante numa perspectiva dos estudos acadêmicos em relação aos movimentos sociais juvenis no Brasil, enfatizando especificidades da atuação da PJ a nível local e regional, atuação essa alicerçada em uma concepção cristã/evangelizadora, mas comprometida com a intervenção da juventude na sociedade, agindo no sentido para transformá-la e conseqüentemente as pessoas possam viver de forma justa e igualitária.

Por hora, a presente pesquisa demonstrou que atuação da Pastoral da Juventude, objetivando a implementação de políticas públicas no espaço em foco, esteve pautada na busca por minimizar problemas vivenciados pelos jovens nos últimos anos, como uso de drogas, gravidez precoce, discriminação étnico racial e violência, porém os estudos revelaram que faltou um maior aprofundamento em outras temáticas importantíssimas no universo juvenil, a exemplo de qualificação profissional, geração de empregos e lazer.

Também, a pesquisa revelou a existência em alguns momentos do interesse de setores do Poder Público Municipal em ouvir e apoiar propostas sugeridas pela PJ, principalmente entre os anos de 2011 a 2015, a exemplo da criação do Conselho Municipal de Juventude, Departamento de Políticas para Juventude e o Projeto Juventude em Ação. Todavia, a partir do ano de 2017 empreendeu-se uma política governamental para jovens de caráter conservador, chegando ao ponto de extinção dos organismos de juventude, bem como o desenvolvimento de uma concepção em que as Políticas Públicas para Juventude são basicamente a realização de festas de ruas e a prática do futebol.

Para além desses aspectos envolvendo a Pastoral da Juventude no contexto local, notou-se a relevância histórica da PJ a nível nacional, principalmente a sua luta por democracia durante o Regime Militar com inspiração no movimento do Catolicismo Progressista denominado de Teologia da Libertação. Ainda, significativa atuação a partir de 2005 na elaboração das Políticas Públicas para Juventude no Brasil, atuando nas Conferências de Juventude e no Conselho Nacional de Juventude, não obstante o significativo trabalho evangelizador da PJ ao longo de sua história.

Todavia, é fundamental ressaltar as contradições internas existentes nas estruturas da Pastoral da Juventude, com variáveis a partir da dicotomia teoria e/ou prática, atuação evangelizadora e/ou atuação político social. Além disso, é importante mencionar a diminuta

organização documental da PJ a nível local, traduzindo a noção de um movimento com poucos registos históricos, aspecto que dificultou de certo modo nossa pesquisa, tendo que recorrer a memória de pessoas que participaram ou participam da Pastoral

Evidente que existe muito por se fazer em nosso País em defesa dos direitos da juventude, são urgentes a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento de problemas relacionados à realidade juvenil, elucidando a importância de trabalhos académicos dessa envergadura, buscando chamar atenção da academia para o papel histórico da juventude na construção dos princípios democráticos no país, bem como a força dos movimentos juvenis aqui representados pela Pastoral da Juventude.

Sendo assim, o presente trabalho monográfico se configura como um parâmetro relevante acerca dos estudos da juventude no Brasil, demonstrando a responsabilidade da Pastoral da Juventude em atuar em defesa de Políticas Públicas para Jovens no município de Governador Mangabeira, contribuindo para uma compreensão dos jovens como atores da sua própria história e atuando pela garantia de seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ABAD, José Miguel. **Juventude e ação política**. São Paulo – SP. Projeto Jovem Onda 2006. Disponível em: <<http://www.ondajovem.com.br/acervo/5/juventude-e-acao-politica>> Acesso em: 14/07/2018.
- AMIGOS DE PADRE MATHON, 2015. Disponível em: <<https://amigosdepadremathon.webnode.com/>>
- ANDRADE, Rodrigo de. **Rede de Atores Pastorais e sua Influência nas Políticas Públicas de Juventude**: constituição de uma comunidade epistêmica. Brasília-DF, Participatório em Rede 2014. Disponível em: <http://revistasnj.ibict.br/ojs_snj/index.php/snj/article/view/RODRIGO%20DE%20ANDRADE> Acesso em: 15/06/2018.
- ARAÚJO, Silva Maria de. Et al. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2014.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR. **PJ inscreve para a Escola de Formação de Agentes Pastorais**, 2017. Disponível em: <<https://www.portalenoticias.com.br/jornal-mundo-jovem-deixa-de-ser-impreso-apos-mais-de-50-anos/>>
- BADARÓ, Lúbia. **A política de juventude e seus atores**. Tessituras, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 173-190, jul./dez. 2013.
- BAHIA. Secretaria Estadual de Relações Institucionais. **Jovem Gera Ação**, nº 1. Salvador: SERIN 2010.
- BARREIRO, R. G. & MALFITANO, A. P. S. (2017). **Política brasileira para a juventude**: a proposta dos Centros da Juventude. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 15 (2), pp. 1111-1122. DOI:10.11600/1692715x.1522113122016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v15n2/v15n2a22.pdf>>. Acesso em: 14/07/2018.
- BLOG. Professor Borges. **Governador Mangabeira, 2011 – 2016**. Disponível em: <<http://www.professorborges.com.br>>
- BOFF, Leonardo. **40 anos da Teologia da Libertação**. São Paulo - SP 2011. Disponível no Site: Leonardo Boff. <<https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>>.
- BORDIGNON, Cristina; BONAMIGO, Irme Salete. Os jovens e as redes sociais virtuais. São Del Rei – MG: UFSJ 2017. Artigo: Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 (2), (2017, p. 310-326). Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/06.pdf>>
- BRAICK, Patricia Ramos; MOTA, Myram Becho. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. 4ªEd. São Paulo: Moderna, 2012.
- BRASIL - Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Política sobre Drogas: Cartilha da Série por dentro do Assunto. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas>>

BRASIL - Secretaria Nacional de Juventude. **Estatuto da Juventude**. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/estatuto>>

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva – Guia de Implementação para Estados e Municípios**. Brasília: SNJ, 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **3ª Conferência Nacional de Juventude – Eixo de Debate**: SNJ, 2015. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conferencia/eixos-de-debate>>.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**: SNJ, 2006. Disponível em:

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Biblioteca Digital de Juventude – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à violência 2017**: SNJ, 2017. Disponível em: <<http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/215>>.

_____. Secretaria Nacional de Governo. **Sociedade civil assume presidência do Conselho Nacional de Juventude**. Brasília – DF, 2007. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/03/not_16032007> .

CACCIA-BAVA, Augusto, PAMPÒLS, Carles Feixa, GONZÁLES CANGAS, Yanko (org.) **Jovens na América Latina. São Paulo**: Escrituras Editora, 2004. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/311358556/Jovens-Na-America-Latina-Augusto-Caccia-Bava-Carles-Fei#>> . Acesso em: 18/06/2018.

CACCIA-BAVA, Augusto, e COSTA, Dora Isabel da. **O Lugar dos Jovens na História Brasileira**. Porto Alegre - RS: Observatório Juvenil do Vale, 2010. Disponível em: <<https://observatoriojuvenildo vale.blogspot.com/2010/03/o-lugar-dos-jovens-na-historia.html>> . Acesso em: 18/06/2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. **Lei 11.129/2005**. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/535652.pdf>>.

_____. **Decreto N° 9.306/2018**. Brasília: 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9306-15-marco-2018-786315-publicacaooriginal-155033-pe.html>>.

CASSAB, Clarice. **Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: Uma introdução**. Juiz de Fora – MG: UFJF, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Locus.pdf>> . Acesso em 18/06/2018.

CAVALCANTE, Itanamara Guedes. **A participação social da juventude na sociedade brasileira contemporânea**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luís - MA: UFMA 2015

COLET, Raquel de Fátima e ANDRADE, Rodrigo de. **Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado no Debate e nas Práticas da Pastoral da Juventude e da Rede Eclesiástica de Juventude**. São Paulo – ANPTECRE 2015. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/5anpteacre?dd1=15565&dd99=view&dd98=pb>>.

JOVENS CONECTADOS. **Comissão Para a Juventude CNBB 2013 a 2017**. Disponível em: <<https://jovensconectados.org.br/material-dnj-2017.html>>.

ENCONTRO DE JOVENS COM CRISTO. Disponível em: <<https://ejc-ejc.webnode.com.br/news/estatuto/>>.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Análise de políticas públicas no Brasil**: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. Rio de Janeiro – RJ: Revista Administração Pública, 2016. Artigo: 50(6):959-979, nov./dez. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf> > Acesso em: 02/08/2018.

GUIMARÃES, Gisele Garcia; GRINSPUN, Miriam Paura Sabrosa Zippin. **Revisitando as origens do termo juventude**: a diversidade que caracteriza a diversidade. Rio de Janeiro 2008: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Artigo GT 20: p. 1 a 14. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt20-4136-int.pdf>>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>.

IRMÃS DE CARIDADE DA SANTA CRUZ. **História**. Disponível em: <<http://www.irmasdecaridadedasantacruz.com.br/historia.html>>

JORNAL A TARDE. Mais de 40 mil adolescentes foram pais em 2012 na Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1540550-mais-de-40-mil-adolescentes-foram-pais-em-2012-na-bahia>>.

LEÓN, Oscar Davila. **Adolescência e Juventude**: Das Noções às Abordagens. São Paulo: Ação Educativa 2005. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/handle/123456789/2344>> Acesso em: 18/06/2018.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: _____. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: UNICAMP - E. P. V., 2003, p. 11-24.

KLEBA, Maria Elisabeth. et al. **Instrumentos e mecanismos de gestão**: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. Rio de Janeiro: Revista Administração Pública, 2015. Artigo Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 49(4):1059-1079, jul./ago. 2015 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612125666>.

MANNHEIN, Karl. Diagnóstico de Nosso Tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. In: ARAÚJO, Silva Maria de. Et al. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2014.

OLIVEIRA, Jadeilson Gomes de. **Construindo a Civilização do Amor**: A Pastoral da Juventude de Governador Mangabeira como Espaço de Educação não Formal (1995 – 2003). Cachoeira – Ba. UFRB, 2017.

PASTORAL DA JUVENTUDE DO RECÔNCAVO. **Diretrizes Operacionais da Pastoral da Juventude do Recôncavo**. Cachoeira – BA: PJ, 2010.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. **Na Caminhada pela Terra Livre Brasil**. 25 anos da Pastoral da Juventude Rural. PJR, 2014. Disponível em: <https://pjrbrasil.files.wordpress.com/2014/10/pjr_30-anos.pdf>.

PASTORAL DA JUVENTUDE – CNBB. **História**, 2009. Disponível em: <<http://www.pj.org.br/>>.

PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR. **História e Identidade**. Disponível em: <<http://www.pjmp.org/>>.

PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. **Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude da CNBB**. Nossa História. Disponível em: <<http://www.pjebr.org/>>.

POLITIZE. **Audiências Públicas: Saiba Como Participar**, 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/audiencias-publicas-como-participar/>>

PORTAL MEMORIA DA DITADURA. **Participação dos Estudante no cenário político**. Instituto Vladimir Herzog. São Paulo. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/index.html>>. Acesso em: 18/06/2018.

ROCHA, Heber Silveira; ROMÃO, Wagner de Melo. **Conferências nacionais de juventude: ação coletiva e diversidade como educação política**. Brasília: Cadernos ADENAUER XVII, 2016 n°. I. Artigo: ADENAUER 2016, p. 195-215. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18857-1442-5-30.pdf>>.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Segunda Ed. Florianópolis-SC: UFSC, 2012.

ROMÃO, Wagner de Melo. **Políticas públicas e democracia participativa: avanços e limites das conferências nacionais no Brasil**. Fundação Friedrich Ebert, Artigo: p. 01-27 2014. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10964.pdf>>

SANTOS, Vivian Carolina do Carmo. **Juventude Política: jornada de junho e manifestações em Brasília: UNB 2015**. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12841/1/2015_VivianCarolinadoCarmoSantos.pdf> Acesso em: 15/07/2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**. Conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEPROMI - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade. Relatório Anual 2012. Governador Mangabeira-Ba, 2012.

_____ - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade. Relatório Anual 2012. Governador Mangabeira-Ba, 2013.

_____ - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade. Relatório Anual 2012. Governador Mangabeira-Ba, 2014.

_____ - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade. Relatório Anual 2012. Governador Mangabeira-Ba, 2015.

_____ - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade. Relatório Anual 2012. Governador Mangabeira-Ba, 2016.

SILVA, Luís Carlos Borges da. **A Vila e o Coronel – Poder Local na Vila de Cabeças-1930-1962**. Monografia de Especialização, Santo Antônio de Jesus, UNEB, 2004.

SIRIANI, Felix Fernando. **Pastoral da juventude e políticas públicas**. São Paulo: USP 2010. Disponível em: <http://consultoriamandala.com.br/wp-content/uploads/2014/10/TCC-_GGP.pdf>.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **A juventude no Brasil: história e organização**. Paris: APED FR 2008. Disponível em: <<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofiati.pdf>> Acesso em: 18/06/2018.

_____, **Jovens em Movimento: O processo de formação da Pastoral da Juventude no Brasil**. São Carlos, UFSCar 2004.

SOUZA, Ademar de. **Estado e Igreja Católica: movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)**. São Paulo: USP 2009

SOUZA, Ney. **Ação Católica, Militância Leiga no Brasil: Méritos e Limites**. Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>>

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Artigo: nº. 24 p. 16-39 Set /Out /Nov /Dez 2003. Poços de Caldas-MG. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 2003.

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **7 momentos em que os jovens protagonizaram a história do país**. UBES 2016. Disponível em: <<http://ubes.org.br/2016/7-momentos-em-que-os-jovens-protagonizaram-a-historia-do-pais/>>

VAGALUME, Musica é tudo: **Irá Chegar**. PJ Raiz. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/pj-e-raiz/ira-chegar.html>>.

APÊNDICE

Apêndice A – Fontes documentais

Atas da Pastoral da Juventude

Ata dia 10 de março de 2012
Ata dia 09 de junho de 2012
Ata dia 18 de agosto de 2012
Ata dia 09 de março de 2013
Ata dia 08 de junho de 2013
Ata dia 14 de setembro de 2013
Ata dia 10 de abril de 2016
Ata dia 04 de junho de 2016
Ata dia 22 de julho de 2016
Ata dia 27 de agosto de 2016
Ata dia 10 de outubro de 2016
Ata dia 11 de março de 2017
Ata dia 13 de maio de 2017
Ata dia 15 de julho de 2017
Ata dia 02 de novembro de 2017

Câmara Municipal de Vereadores

Ata da Câmara de Vereadores, 1995. L 11, p. 122-123
Ata da Câmara de Vereadores, 2009. L 19, p. 192
Lei nº 361/2009 - Criação da SEPROMI – Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade
Lei nº 347/2009 – Criação do CEMJUV – Conselho Municipal de Juventude.

Relatório do EAAP – Encontro de Avaliação, Aprofundamento e Planejamento da Pastoral da Juventude.

EAAP – 2012
EAAP – 2013
EAAP – 2016
EAAP – 2017

Livros de Registros

Livro de Crônicas das Irmãs de Caridade da Santa Cruz
Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição

Relatório do CEMJUV – Conselho Municipal de Juventude

Relatório 11 de dezembro 2014
Relatório 27 de abril de 2016

Relatório Anual da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade - SEPROMI

Relatório – 2012

Relatório – 2013

Relatório – 2014

Relatório – 2015

Relatório – 2016

Proposta das Conferências de Juventude

I Conferencia Municipal de Juventude – 31 de agosto de 2011

II Conferência Municipal de Juventude – 25 de agosto de 2015

Leis Federais

Lei 11.129/2005 – Criação da Secretaria Nacional de Juventude e institui o Conselho Nacional de Juventude

Decreto 9.306/2018 - Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)

Institutos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Entrevistas

CASTRO, Jânio Roque Barros de. Doutor em Geografia. Membro de grupo de jovens anterior à fundação da PJ. Atualmente é Professor da UNEB – Universidade Estadual da Bahia. Entrevista em 29 de julho de 2018 – Duração 20 minutos.

FRATELIS, Anila Tereza Santana. Mestranda em Historia. Coordenadora da Pastoral da Juventude (2016-2017), Atualmente esta no segundo mandato. Entrevista em 24 de julho de 2018 – Duração 10 minutos.

OLIVEIRA, Faraildes Barros de. Farmacêutica. Atuou na Coordenação (2012-2013), atualmente assessora da PJ. Entrevista em 09 de junho de 2018 – E-mail / Whatsapp: 5 minutos.

OLIVEIRA, Jadeilson Gomes de. Licenciado em História. Coordenador da Pastoral da Juventude (2003-2006) atualmente Assessor Referencial da PJ. Entrevista em: 24 de julho de 2018 – E-mail / Whatsapp: 10 minutos.

OLIVEIRA, Nadirjane Nogueira Conceição de. Bacharel em Serviço Social. Atuou na Coordenação da PJ (2007-2009), atualmente é Professora da rede municipal. Entrevista em: 24 de julho de 2018 – Duração 4 minutos.

SANTANA, Idailson Vieira. Graduando em Pedagogia. Atuou na Coordenação da PJ (2010-2011), atualmente Secretário da Igreja Paroquial de Geolandia. Entrevista em 09 de junho de 2018 – Duração 8 minutos.

SANTOS, Jailda da Silva dos. Graduanda em História. Atualmente Vice Coordenadora da PJ. Entrevista em: 09 de junho de 2018 – E-mail.

SANTOS, Leidineia Pereira dos. Irmã de Caridade da Santa Cruz. Membro de grupo de jovens anterior à fundação da PJ. Atualmente em Salvador. Entrevista em: 30 de julho de 2018 - Whatsapp 3 minutos.

SANTOS, Acacilda Pereira, Membro de grupo de jovens até 2005. Atualmente é autônoma. Entrevista em: 30 de julho de 2018 - Whatsapp (Texto) / 5 minutos.

SILVA, Luís Carlos Borges da. Licenciado em História. Membro de grupo de jovens anterior a fundação da PJ, atuou como Vereador (2009-2012) e Secretário da SEPRMI (2013-2016). Atualmente é Professor da rede Estadual de ensino. Entrevista em: 27 de julho de 2018 – Duração 20 minutos.

SOUZA, Mailda Santos da Silva. Graduanda em História. Atualmente Secretária da PJ. Entrevista em: 28 de julho de 2018 – E-mail.

VALE, Ana Helena Santana do. Irmã de Caridade da Santa Cruz. Membro de grupo de jovens anterior à fundação da PJ atualmente Governador Mangabeira. 09 de julho de 2018 – Duração 10 minutos.

VIEIRA, Dark dos Santos. Mestre em Linguística. Atuou na Coordenação da PJ (1996-1997), atualmente é Capitão do Exército e Professor Militar 29 de junho 2018 – Whatsapp (Texto) / 5 minutos.

Apêndice B – Roteiro de entrevistas

Roteiro 01 (Pessoas que exerceram a função de Coordenador na PJ)

1. Em relação aos grupos de jovens (grupo de Base) como você analisa a atuação na elaboração e desenvolvimento de ações voltadas para as Políticas Públicas de Juventude.
2. Nesse período você tem conhecimento da Pastoral da Juventude ter desenvolvido algum projeto com o poder público? Se sim, quais.
3. Como você caracteriza sua atuação na Pastoral de Juventude em Governador Mangabeira.
4. Em sua opinião quais foram às maiores dificuldades que a Pastoral da Juventude enfrentou para desenvolver atividades relacionadas às políticas públicas para juventude?
5. Quais as perspectivas da Pastoral da Juventude em relação às Políticas Públicas de Juventude no município.
6. Tem algo a mais que você queira contar, comentar, além do que foi perguntado.

Roteiro 02 (Pessoas que participaram de grupos de jovens anterior a existência da PJ)

1. Como era o nome do grupo que você participou? E qual o período?
2. Quais temas eram discutidos nesse período dentro do grupo?
3. Você se lembra de algo realizado com o grupo relacionado com o poder público?
4. Nesse período já existia Pastoral da Juventude ou somente grupos de jovens?
5. O que representou para você participar de um grupo de jovens?

Roteiro 03 (Ex-vereador e secretário da SEPROMI)

1. Relate como era a conjuntura política em que o Senhor foi vereador?
2. Quais os projetos que seu mandato de vereador desenvolveu em parceria com Pastoral da Juventude e outros movimentos juvenis?
3. Quais objetivos foi criada a SEPROMI?
4. No período em que Senhor foi Secretário da SEPROMI, quais os projetos desenvolvidos em com a PJ.